

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Transmissora Aliança de Energia
Elétrica S.A. - TAESA
CNPJ nº 07.859.971/0001-30**

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração regulatório.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	15
Demonstrações Contábeis Regulatórias:	
Balanco patrimonial	18
Demonstração do resultado	19
Demonstração do resultado abrangente	20
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	21
Demonstração do fluxo de caixa	22
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	23

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ Nº 07.859.971/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o relatório das principais atividades no exercício de 2023, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2023: UM ANO DE IMPORTANTES CONQUISTAS E MARCAS HISTÓRICAS

O ano de 2023 foi um ano de grandes desafios e realizações para a Taesa, que demonstrou a qualidade, prudência e experiência na sua gestão para entregar projetos complexos durante todo o ano.

A Segurança é um valor inegociável e um pilar essencial que merece atenção e cuidado constante. Em 2023, a Companhia reforçou seu comprometimento com este valor, executando diversas ações. Além da certificação da ISO 45001 de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional, a Taesa ampliou o número de representantes da CIPA+A (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio) proporcionando maior capilaridade e representatividade da Segurança do Trabalho na empresa. Diversas iniciativas de conscientização foram realizadas, entre elas, o Diálogo Semanal de Segurança. A Companhia obteve o compromisso firme dos seus parceiros com segurança, incluindo critérios rígidos de Segurança do Trabalho com cláusulas de bonificações e penalizações contratuais. Como consequência, 2023 foi o melhor ano da Segurança para a Companhia, que reportou zero acidentes com lesão grave.

A Taesa segue dedicada à execução e entrega dos seus novos empreendimentos em construção Ananaí, Pitiguari, Saíra e Tangará, além dos novos reforços da Novatrans, TSN, São Pedro e ATE, que juntos adicionarão quase R\$420 milhões de RAP quando entrarem em operação. Tangará e Pitiguari obtiveram licenças ambientais, permitindo inclusive o começo antecipado das obras nestes empreendimentos, o que não assegura, entretanto, a antecipação de conclusão em função da complexidade de cada projeto. Finalizamos um ciclo de investimentos em 2022 e em 2023 iniciamos um novo ciclo, com um volume de cerca de R\$3 bilhões a serem investidos nos próximos 2 anos para estes projetos. Vale destacar o volume de investimentos realizados de mais de R\$2 bilhões no ano que passou – um ano histórico em termos de Capex.

Celebramos também o início da operação do lote 5 arrematado no Leilão de Transmissão ANEEL 02/2022 (Saíra) em apenas 3 meses após a realização do certame. A Taesa assumiu a operação de Saíra já na assinatura do contrato de concessão, em 30 de março de 2023, mesmo o edital prevendo 12 meses de operação pelo antigo concessionário, após esta assinatura. A integração antecipada possibilitou menos desembolsos da ordem de R\$ 50 milhões. Houve um esforço coordenado envolvendo todas as áreas da empresa, assegurando o recebimento total de 72% da RAP do empreendimento (cerca de R\$126 milhões) – RAP remanescente está sujeita a conclusão da obra de revitalização.

Outra importante entrega foi o processo de certificação das normas ISO 9001 (Gestão da Qualidade), 14001 (Gestão Ambiental), 45001 (Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) e 55001 (Gestão de Ativos), de forma concomitante, por meio do Sistema de Gestão Integrado Taesa ("SGIT"), conferidas à Taesa pela ABS-QE, certificadora com acreditação internacional, e pelo ANAB, mutuamente reconhecido pelo CGCRE/INMETRO. A certificação ISO é um reconhecimento internacional, atestado por organismo externo, acreditado e independente, no qual os processos da Companhia estão alinhados com os requisitos prescritos nas normas. O objetivo é avançar cada vez mais na melhoria contínua dos processos, buscar a excelência nas atividades, respeitando as pessoas, o meio ambiente e agregando valor às partes interessadas. O SGIT trabalha na padronização e melhoria contínua dos processos da empresa visando a produtividade, eficiência e competitividade, além da redução e mitigação de riscos e manutenção das respectivas certificações.

Do ponto de vista operacional, a Companhia manteve seu patamar de excelência operacional apresentando em 2023 um índice de disponibilidade das linhas de transmissão em 99,9% e Parcela Variável de R\$3,6 MM, o equivalente a 0,1% da RAP consolidada, destacando sua consistência na excelência operacional e gestão de seus ativos de transmissão. O desempenho excepcional da PV em 2023 foi afetado por reversões de eventos externos e alheios ao controle da Companhia ocorridos em anos anteriores. É importante mencionar que, dada a extensão e complexidade da nossa rede, não é possível assegurar que esse desempenho se repita em anos futuros.

Em agosto de 2023, a Taesa inaugurou o seu novo Centro de Operação do Sistema ("COS"), investindo em modernização, segurança e qualidade operacional e visando o crescimento sustentável do negócio. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Taesa no setor de transmissão além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no país. O COS possui tecnologia e infraestrutura de última geração, com capacidade de comandar e monitorar, em tempo real, todos os ativos da Taesa e é uma edificação com autossuficiência energética, equipada com sistemas que garantem redução no consumo anual de água e energia, dentro das melhores práticas de ESG.

A alta administração apresentou uma revisão do planejamento estratégico de longo prazo da Taesa, mantendo o objetivo estratégico de manutenção da sua relevância no setor de transmissão e do seu posicionamento de consolidador neste segmento, tendo como premissa básica a geração de valor com retornos atrativos aos acionistas.

Como parte do nosso contínuo foco em eficiência financeira, concluímos duas emissões de debêntures este ano: (i) a 13ª emissão de debêntures no montante de R\$1 bilhão a CDI em momento de mercado extremamente desafiador (início de 2023); e (ii) a 14ª emissão de debêntures no montante de R\$800 milhões para o público em geral em 3 séries de 10, 12 e 15 anos, com prêmios sobre o IPCA muito eficientes, em condições favoráveis comparadas a outras emissões no mercado até aquele momento. Esta última emissão se enquadrou na lei 12.431 de debêntures de infraestrutura e contou com a certificação de selo verde, um diferencial cada vez mais importante para captações.

A Taesa encerrou o ano com uma posição de caixa de R\$1,6 bilhões e dívida líquida de R\$10,6 bilhões – considerando a participação da Companhia nas empresas controladas em conjunto e coligadas –, registrando um índice de 3,7x na relação dívida líquida sobre EBITDA, em linha com o nível reportado no trimestre anterior e doze meses atrás. Esse nível é compatível a uma empresa de transmissão em crescimento e a estabilidade da alavancagem demonstra a robustez da nossa geração de caixa, em um ano de investimentos elevados e manutenção no payout de dividendos.

A agenda de Sustentabilidade continuou avançando em 2023 e o nosso relatório de sustentabilidade irá refletir a evolução das diversas frentes de atuação na Companhia. Na frente de Gente, aderimos ao Movimento Raça é Prioridade, uma iniciativa do Pacto Global da ONU, em parceria com o CEERT e ONU Mulheres, e busca promover a equidade étnico-racial nas empresas brasileiras. Com a adesão, passamos a ter como meta 30% de pessoas negras em cargos de liderança até 2025 e 50% até 2030. Além disso, a Taesa foi certificada pelo selo Great Place to Work em seu 5º ano consecutivo, estando entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro, e em 1º lugar no Destaque GPTW Energia pelo 3º ano consecutivo dentre 69 empresas do setor de energia. Mais uma importante conquista que celebramos!

E o resultado de todas essas conquistas e realizações fica evidente nas demonstrações financeiras em mais um ano de crescimento sustentável nas receitas, margens operacionais e lucros regulatórios da Taesa.

A receita operacional líquida e o EBITDA regulatórios alcançaram a marca histórica de R\$3,3 bilhões e R\$2,8 bilhões, respectivamente, na visão de consolidação proporcional, um aumento de 15,1% e 14,4%, contra os valores registrados em 2022. E margem EBITDA ficou em 85,3% no ano. Este sólido desempenho é consequência do sucesso na execução do planejamento estratégico da Companhia baseado nos pilares de crescimento sustentável, competitividade, gestão regulatória, sustentabilidade e governança. Com isso o lucro líquido regulatório atingiu a marca de R\$1,1 bilhão em 2023, registrando crescimento pelo quarto ano consecutivo mesmo diante da redução de 50% da RAP de algumas concessões e de um IGP-M de -4,5% que afetou negativamente todas as RAPs no ciclo 2023-2024 dos nossos contratos de concessão de categoria 2, equivalente a cerca de 65% da RAP operacional da Companhia.

No resultado em IFRS, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$1,4 bilhão em 2023, uma redução de 5,6% na comparação com o ano anterior, explicada basicamente pelos menores índices de inflação registrados entre os períodos comparados, principalmente o IGP-M, que afetou de forma significativa a receita de correção monetária, e pelo aumento da despesa financeira líquida. Estes efeitos foram compensados em parte pelos novos projetos e pela menor Parcela Variável registrada no ano.

Mesmo mantendo uma geração operacional de caixa bastante robusta, a Companhia tem intensificado suas ações de eficiência e controle de custos a fim de minimizar o impacto do IGP-M neste ciclo da RAP (2023-2024). Em dezembro de 2023, por exemplo, visando a simplificação de estrutura societária e otimização de custos, incorporamos na Taesa 3 concessões – Sant’Ana, Saíra e ATE III. Essas incorporações potencializarão sinergias, permitindo redução de despesas operacionais e administrativas, otimizando a operação e trazendo benefícios para o desempenho de suas obrigações no âmbito dos contratos de concessão.

Por fim, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de destinação do lucro do exercício de 2023, que será então submetida para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, da seguinte forma: (i) -R\$1,4 milhão para reserva de incentivos fiscais; (ii) R\$232,9 milhões para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$746,0 milhões em proventos pagos ao longo de 2023 e início de 2024, sendo R\$329,3 milhões em dividendos intercalares e R\$416,7 milhões em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$390,3 milhões em dividendos adicionais a serem pagos no dia 16 de maio de 2024. Sendo aprovado em Assembleia, o total de proventos distribuídos sobre o exercício social de 2023 será de R\$1,1 bilhão, equivalente a R\$3,30 / Unit e payout de 83% do lucro líquido IFRS e 104% do lucro líquido regulatório do exercício social do ano que passou.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 07.859.971/0001-30

Como parte da estratégia de comunicação com o mercado e relações com investidores, a Taesa realizou, ao fim do ano, o Investor Day no formato híbrido e com público presencial em São Paulo. O evento reuniu investidores e analistas para discutir temas relevantes do setor elétrico, como a transição energética e os seus desafios para o setor, além dos diferenciais estratégicos da Companhia nesse ambiente, promovendo importantes discussões e debates com a Companhia. O evento contou com a presença de todos os diretores em contato direto com o mercado. Foi mais uma importante realização da Taesa para fechar um ano de muitas entregas.

Continuamos trabalhando com empenho e dedicação, alinhados a nossa missão de conectar o Brasil com energia segura e confiável, e reforçamos nosso foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando seu compromisso com a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

A COMPANHIA

A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP), com 14.420 km de linhas de transmissão em operação e 735 km em construção, totalizando 15.155 Km de extensão. Possui ativos em 110 subestações com nível de tensão entre 69 e 525kV e um Centro de Operação do Sistema (COS) localizado no Rio de Janeiro.

A Taesa detém participação em quarenta e três concessões de transmissão: treze concessões na holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana e Saíra), onze controladas (São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Brasnorte, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari e Tangará), quatro controladas em conjunto (ETAU, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí) e quinze coligadas, sendo, quatro diretas (EATE, ENTE, ETEP e ECTE), cinco indiretas (STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE) e seis com participações direta e indireta (EBTE, EDTE, ERTE, Transudeste, Transleste e Transirapé).

Em 29 de dezembro de 2023, a Taesa incorporou as controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra com objetivo de otimização de seus processos, dos procedimentos administrativos e operacionais, bem como a simplificação de estrutura societária que acarretará na redução de despesas operacionais e administrativas.

Linhas de Transmissão em Operação – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Taesa						
Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	Simple e Duplo	500/230	1.139	2.400	04/03/2003	20/12/2030
Novatrans Energia S.A. ("NVT")	Simple	500	1.278	-	03/06/2003	20/12/2030
Munirah Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	Simple	500	106	-	30/10/2005	18/02/2034
Goiânia Transmissora de Energia ("Gtesa")	Simple	230	52	-	26/08/2003	21/01/2032
Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	Simple	230	146	-	01/09/2004	11/12/2032
Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	Simple	440	505	-	19/10/2001	12/05/2030
Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	Simple	230	392	-	27/06/2004	19/12/2032
ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	Simple	525	370	1.500	08/10/2005	18/02/2034
ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	Simple	500	942	-	11/12/2006	15/03/2035
Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	Simple	500/230	383	1.200	25/01/2004	21/01/2032
ATE III Transmissora de Energia S.A.	Simple e Duplo	500	454	450	27/04/2006	27/04/2036
Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. (SAN)	Simple	230	558	-	28/03/2022	22/03/2049
Saíra Transmissora de Energia Elétrica S/A	Simple	500/230	743	-	30/03/2023	30/03/2053

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 07.859.971/0001-30

Linhas de Transmissão em Operação – Características Financeiras					
Linha de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ Mil) (*)	Ano de degraú da RAP	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
Taesa					
TSN	100%	483.577	jun-18	Julho	IGP-M
Gtesa	100%	8.334	ago-18	Julho	IGP-M
Munirah	100%	31.123	out-20	Julho	IGP-M
Patesa	100%	27.838	set-19	Julho	IGP-M
ETEO	100%	149.524	out-16	Julho	IGP-M
Novatrans	100%	499.933	jun-18	Julho	IGP-M
STE	100%	72.316	jul-19	Julho	IGP-M
NTE	100%	131.337	jan-19	Julho	IGP-M
ATE	100%	125.308	dez-20	Julho	IGP-M
ATE II	100%	196.774	jan-22	Julho	IGP-M
ATE III	100%	82.224	mar-23	Julho	IPCA
SAN	100%	75.230	-	Julho	IPCA
SIT	100%	178.358	-	Julho	IPCA

(*) RAP estabelecida pela resolução homologatória ANEEL nº 3.216 de 04 de julho de 2023.

Considerando as linhas em operação e a entrada em operação comercial das linhas em construção, inclusive dos novos reforços com respectiva RAP autorizados pela ANEEL, a RAP esperada, sem considerar novos projetos é de R\$1.765.164 para 2024, representando um acréscimo de 2,27% em relação a 2023, conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - R\$mil em moeda constante de 31/12/2023							
Linha de Transmissão - RAP Proporcional em moeda constante	2022 (*)	2023 (*)	2024	2025	2026	2027	2028
TSN	452.701	501.638	484.062	484.062	484.062	484.062	484.062
Munirah	28.792	32.765	31.609	31.609	31.609	31.609	31.609
Gtesa	7.786	19.540	20.113	20.113	20.113	20.113	20.113
Patesa	23.201	26.923	26.371	26.371	26.371	26.371	26.371
Novatrans	466.338	530.177	511.481	536.270	552.350	552.350	552.350
ETEO	139.563	157.930	152.742	152.742	152.742	152.742	152.742
NTE	122.053	138.523	133.625	133.625	133.625	133.625	133.625
STE	67.761	76.373	73.623	73.623	73.623	73.623	73.623
ATE	117.375	133.920	129.218	129.218	129.218	129.218	129.218
ATE II	258.467	209.738	202.320	202.320	202.320	202.320	202.320
ATE III	156.921	128.529	95.267	95.267	95.267	95.267	95.267
SAN	15.783	61.520	79.470	85.556	85.556	85.556	85.556
SIT	-	50.183	125.598	125.598	153.751	153.751	153.751
	1.856.741	2.067.759	2.065.499	2.096.375	2.140.608	2.140.608	2.140.608

(*) RAP realizadas.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão: Conectar o Brasil com energia segura e confiável.

Visão: Ser a transmissora de energia elétrica de maior Valor para a sociedade.

Valores: Cuidar genuinamente das pessoas; agir com integridade construindo relações de confiança; buscar a excelência em tudo o que fazemos.

CÓDIGOS E POLÍTICAS

Os códigos e políticas corporativas adotados pela Taesa expressam seus valores e sua cultura organizacional, balizando a condução dos negócios, bem como a relação com os diferentes públicos com os quais a Companhia interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com os cenários externo e interno.

A Taesa dispõe de um canal de denúncias externo, operado por uma empresa independente, com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana, com a opção de anonimato e a garantia da confidencialidade das informações e da não retaliação ao denunciante de boa-fé, possibilitando a todos os empregados e público externo a realização de denúncias relacionadas aos temas tratados no Código de Conduta Ética e Compliance e demais políticas do Programa de Integridade. O canal está divulgado na intranet, no site institucional e no de relação com investidores e as denúncias realizadas são apuradas e respondidas pela Comissão de Ética da Taesa em até 30 dias.

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO

As empresas do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e das partes interessadas, assim como o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção dos seus ativos.

A Taesa por meio do seu Sistema de Gestão Integrado, conquistou de uma só vez, a certificação de seus processos em quatro normas *ISO*. São elas: *ABNT NBR ISO 9001: 2015* – Gestão da Qualidade, *ABNT NBR ISO 14001: 2015* – Gestão Ambiental, *ISO 45001:2018* – Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional e *ABNT NBR ISO 55001:2014* – Gestão de Ativos. As certificações foram conferidas à Companhia pela *ABS-QE*, certificadora com acreditação internacional, pelo *National Accreditation Board (ANAB)*, mutuamente reconhecido pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE)/INMETRO.

A Companhia fez um grande esforço ao longo dos últimos meses, com o objetivo de avançar cada vez mais na melhoria contínua de seus processos e garantir a excelência em suas atividades. As certificações trazem novos desafios e cada norma traz em sua essência um foco distinto: foco nos clientes, para melhorar a confiança e a credibilidade nos serviços prestados; no meio ambiente e na comunidade, com a gestão de práticas sustentáveis que visam a mitigação de impactos ambientais causados pelas nossas atividades; nos trabalhadores, com a gestão de segurança e saúde ocupacional por meio da identificação dos perigos e estabelecimento de controles para mitigar ou eliminar os riscos das atividades; e nos ativos da empresa, com objetivo de gerar valor por meio da gestão sustentável dos ativos na busca pelo equilíbrio entre custo, risco e desempenho.

SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A sustentabilidade é considerada um valor para a TAESA sendo um dos pilares estratégicos e que está integrada na estratégia e decisões de negócios. Desta forma, a TAESA garante rentabilidade através do crescimento sustentável, com disciplina financeira e eficiência operacional e reforça o valor partilhado com a sociedade, promovendo a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, atento às necessidades das gerações futuras.

Em linha com o nosso objetivo de ser uma empresa referência em sustentabilidade no setor de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil, temos trabalhado desde 2019 com temas de Sustentabilidade (ASG), com o objetivo de criar iniciativas de melhoria contínua e inovação, além de aprimorar os balanços socioambientais. Tornamo-nos signatários do Pacto Global, contribuindo para a agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2021 realizamos o processo de consulta a todas as partes interessadas para a elaboração da matriz de materialidade, conforme a metodologia da *Global Reporting Initiative (GRI)*, em que identificamos os 6 temas de sustentabilidade prioritários para focar na melhoria contínua de nossa gestão, desempenho e comunicação de progresso.

Destaques e compromissos ASG:

- Elaboração do Inventário Anual de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) conforme metodologia *GHG Protocol*.
- Superação das metas de redução no consumo de combustíveis fósseis na frota e readequação das mesmas.
- Aprimoramento de cláusulas/premissas ambientais e sociais em contratos com fornecedores.
- Realização do Processo de Materialidade e definição dos Tópicos Materiais a partir das premissas da GRI
- Elaboração deste relatório socioambiental com base nas diretrizes do GRI e dos ODS do Pacto Global ONU.
- Consolidação do Programa de Diversidade por meio da criação do Comitê e da Política de Diversidade e Inclusão.
- Certificação *Great Place to Work*.
- Adesão aos Sete Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU Mulheres.
- Associação ao Movimento +Mulher 360.
- Adesão ao Movimento Raça é Prioridade.
- Adesão ao Movimento Transparência 100%.
- Disponibilização de painel de indicadores ASG no site de Relações com Investidores.

Desde 2019, a Companhia realizou operações de emissão de debêntures verdes, que são títulos de dívidas, emitidos pela Companhia para captar investimentos em projetos ligados aos temas de sustentabilidade, realizando ao todo 7 (sete) emissões até o fim de 2023.

Vale reforçar que os *Green Bond Principles (GBP)* reconhecem que a transmissão de energia é uma categoria elegível à emissão de títulos verdes, pois observam que o segmento no país contribui para o escoamento e a transmissão de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN). Seguem algumas conclusões sobre as emissões de debêntures verdes:

- Os ativos TAESA avaliados em implantação trazem benefícios ambientais, pois sua construção contribui para aumentar a disponibilidade do SIN para energia renovável.
- Os projetos estão alinhados com a estratégia da Companhia e oferecem benefícios ambientais tangíveis.
- Os procedimentos para gestão dos recursos captados por meio da debênture foram claramente definidos pela emissora, por meio de um processo documentado e transparente.
- A Companhia possui uma performance de desempenho confortável nas três dimensões analisadas: Ambiental, Social e de Governança Corporativa (ASG).
- A Companhia possui práticas ASG confortáveis e know-how técnico de suas atividades.
- A Companhia sem histórico de controvérsias ASG relevantes;
- A Companhia tem plena capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de seus projetos e sustentar as condicionantes que conferem a qualidade de Título Verde à debênture.

Criação do Programa de Diversidade: Idealizado ao longo de 2020, o Programa de Diversidade e Inclusão teve início em 2021, pautado nos princípios éticos da empresa. O objetivo maior da iniciativa é estabelecer diretrizes para o respeito e valorização das diferenças, sejam elas culturais, sociais, religiosas, étnicas etc. A combinação de diferentes perspectivas colabora para a resolução de problemas, promove a inovação, aumenta o engajamento e contribui para a sustentabilidade e para a sociedade como um todo. Em 2021, foi aprovada a Política de Diversidade, a qual aplica-se a todos os empregados da TAESA e demais controladas. Em 2022 passaram a acontecer os encontros bimestrais dos grupos de afinidades, para a discussão de temas, ampliação e disseminação de cultura de respeito e valorização das diferenças.

Certificação *Great Place to Work*: A Companhia tem a convicção de que as pessoas são o seu maior patrimônio. A Companhia foi reconhecida em 2023, pelo 3º ano consecutivo, com a premiação em 1º Lugar no Destaque *GPTW* Energia referente a pesquisa realizada em 2022 e divulgada em 2023 – Corte: Geração, Distribuição e Transmissão de energia elétrica. Anualmente, a Companhia aplica a pesquisa de clima organizacional em parceria com a *GPTW* para medir o nível de engajamento e satisfação das equipes. Em 2023, conquistamos a certificação de “Melhor Empresa para Trabalhar” pelo 5º ano consecutivo, reafirmando a sua posição como uma referência no setor.

Igualdade de Gênero: um compromisso de todos nós: Desde 2021, a TAESA aderiu o “*Women’s Empowerment Principles (WEP’s)*”, conhecidos como os 7 princípios do empoderamento feminino, uma iniciativa do pacto ONU mulheres. Tornar-se signatária do movimento reforça a importância e o compromisso da TAESA em apoiar e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres no local de trabalho, mercado e comunidade. Os 7 princípios são: Liderança corporativa de alto nível; tratar todas as mulheres e homens no trabalho com justiça e sem discriminação; Saúde e bem-estar e segurança do funcionário; Educação e treinamento para progressão na carreira; Desenvolvimento empresarial, Cadeia de suprimentos e práticas de marketing; Iniciativas comunitárias e defesa; Medição e relatórios.

Como resultado dos avanços na agenda de sustentabilidade e alinhadas ao planejamento estratégico da Companhia, pelo terceiro ano consecutivo, a TAESA passou a integrar as carteiras do Índice Carbono Eficiente (“*ICO2*”) demonstrando o comprometimento com a transparência de suas emissões e antecipa a visão de como está se preparando para uma economia de baixo carbono; e do índice *IGPTW* (“*IGPTW*”) que acompanha as empresas certificadas ou ranqueadas pelo *Great Place to Work*, ambas da B3 para o ano de 2024.

Responsabilidade Corporativa

- Gestão de pessoas

A TAESA possui uma Política de Recursos Humanos aplicada a toda a empresa. O processo de desenvolvimento dos colaboradores deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e como parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno desse tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados.

A Companhia assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado e benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador. Atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

Atração e Retenção de Talentos - As pessoas são elementos impulsionadores da organização, indispensáveis à sua constante renovação em um ambiente de mudanças e desafios. A Taesa adota a prática do Recrutamento Interno, que visa disponibilizar as oportunidades aos seus colaboradores antes de buscar novos profissionais no mercado, o que promove reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento, propicia expectativa de futuro profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

Capacitação - A Política de treinamento e Desenvolvimento da Taesa tem por objetivo geral promover e prover ações e estratégias de aprendizagem, que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valoração do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários à estratégia e manutenção do negócio.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 07.859.971/0001-30

Remuneração - A política de remuneração tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como do seu pacote de benefícios. Os colaboradores possuem uma remuneração variável, observada e alinhada aos resultados das metas globais, por Diretoria e por Gerência, em conjunto com o atendimento das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de comunicação - A Companhia acredita que a comunicação integrada é um importante pilar em sua estrutura. Com objetivo de fortalecer cada vez mais o vínculo entre seus colaboradores, busca manter atualizados os processos de comunicação, agregando tecnologia e inovação, através de mecanismos e canais de diálogo estruturados, que possibilitam o levantamento de necessidades e expectativas, além da troca de informações em todos os níveis, de forma transparente, eficaz, ágil e objetiva, alinhada com as melhores práticas e estratégias do negócio.

Saúde e Segurança do Trabalho - A Companhia nas atividades de implantação, operação e manutenção dos ativos de transmissão de energia elétrica, considera a Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde um valor a ser cultivado e mantido como parte de sua cultura, a fim de contribuir para a segurança e saúde de seus empregados e subcontratados, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, com respeito ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. A Companhia adota os seguintes princípios de gestão de segurança, meio ambiente e saúde:

- Prevenção de riscos do trabalho;
- Proteção à saúde e ao meio ambiente;
- Atendimento aos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental;
- Cumprir com as obrigações da Companhia com segurança, continuidade e qualidade;
- Realizar ações respeitando o ambiente e o interesse das partes;
- Minimizar, na medida do possível, o impacto gerado pelas obras e para o convívio da linha de transmissão com o meio socioambiental na operação das linhas de transmissão.

Responsabilidade Social

Em 2023 a Companhia através das concessões ATE III, Miracema e Janaúba, aportou R\$1.145 em projetos que contribuem para o desenvolvimento social e a valorização da cidadania:

- Lei de Incentivo à Cultura: "A Cidade da Gente" e "Enquanto a Linha Toca"
- Lei do Esporte – "Educ Esporte V Edição"
- FIA – "Geração Futuro" e "Virando o Jogo"
- Lei do Idoso – "Bem Viver Agreste"

Governança Corporativa

A TAESA é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), que confere às suas ações preferenciais o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (*Tag Along*) e está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado.

A estrutura de governança corporativa da Companhia é composta pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, assessorado por 4 comitês não estatutários (Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Estratégia, Governança e Recursos Humanos e Comitê de Operações e Negócios), Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária, assessorada por 4 comitês não estatutários (Comitê de Gente, Comitê de Negócios, Comitê de Inovação e Tecnologia e Comitê de Segurança e Meio Ambiente).

Conselho de Administração (CA) - Composto por 13 membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, o CA deverá ter no mínimo 20% de conselheiros independentes, identificados como tal na ata que os eleger. Cabe à acionista ISA indicar 4 membros e à acionista CEMIG indicar 5 membros, os demais são eleitos em conformidade com o item 5.3 do Regulamento Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Além das competências descritas em lei e no Estatuto Social da Companhia, o CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros da Diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, e (iii) por deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Conselho Fiscal - O Conselho Fiscal é permanente e composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, com igual número de suplentes. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração - Os Comitês não têm função executiva e poder de decisão e são compostos por 6 membros, majoritariamente também membros do CA, para assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Comitês de Assessoramento à Diretoria - Os Comitês analisam com profundidade as matérias de sua especialidade e emitem sugestões e pareceres à Diretoria, visando assegurar objetividade, consistência e qualidade ao processo decisório da Companhia.

Diretoria Executiva - A Diretoria Executiva é formada por 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Implantação e um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 2 anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a reeleição de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os Diretores são responsáveis pela administração executiva diária dos negócios e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Os itens destacados em Sustentabilidade, Inovação e Responsabilidade corporativa não fazem parte do escopo do auditor independente.

Inovação por intermédio do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – P,D&I do segmento elétrico:

O Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P,D&I") da Taesa, regulado pela ANEEL, tem como objetivo desenvolver soluções que contribuam com o aprimoramento tecnológico nacional, por meio de relevantes ganhos técnico-científicos que, por sua vez, aperfeiçoam a segurança, qualidade e eficiência da prestação de serviço de transmissão de energia elétrica. O Programa fomenta a busca por inovação pelas empresas de energia elétrica e incentiva o contínuo levantamento de oportunidades frente aos desafios tecnológicos do setor.

Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 07.859.971/0001-30

A Companhia atua em consonância à regulamentação do Programa e em parceria com diversas instituições de base tecnológica realiza projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, publicando em seu website (<https://institucional.taesa.com.br/pesquisa-e-desenvolvimento/projetos/>) todos os projetos em realização bem como os concluídos. No ano de 2023, a TAESA executou 13 projetos e destes encerrou os descritos abaixo:

- PD-07130-0053/2018 - Teleproteção em IEC-61850 - Desenvolvido uma solução de comunicação de alto desempenho entre subestações baseadas na Norma IEC-61850, provendo redução no tempo de recuperação da rede de comunicação em caso de falha, baixa latência e segurança a partir de um controlador SDN de baixo custo. Com investimentos de até R\$4.393.
- PD-07130-0057/2019 - Ferramenta de Otimização multicritério para análise de investimentos em leilões de linhas de transmissão utilizando técnicas de inteligência artificial - Desenvolvido uma ferramenta computacional *open-source* que utiliza técnicas de inteligência artificial para a definição do melhor trajeto e menor custo de uma linha de transmissão, dentro de um parâmetro de qualidade definido pela empresa de energia elétrica. Assim permitindo a construção de infraestrutura de transmissão de energia elétrica dentro da melhor oferta para atendimento à população. Também é esperado impacto da ferramenta nas ofertas em futuros leilões, promovendo lances mais justos e impedindo a realização de projetos inexecutáveis que podem impactar negativamente o sistema interligado nacional e por consequência o consumidor de energia elétrica. Com investimentos de até R\$5.008.
- PD-07130-6060/2021 - Relé de Proteção com Monitoramento Ativo de Óleo e Gases e um Sistema Inteligente para Diagnóstico e Monitoramento de Transformadores e Reatores de Potência de Alta Tensão – Fase Lote Pioneiro - Evoluir na cadeia de inovação ANEEL e produzir o lote pioneiro do relé de gás inteligente, desenvolvido no âmbito do projeto PD-07130-0060/2019. Com investimentos de até R\$2.501.

A lista contendo todos os projetos em andamento, finalizados e aprovados pela ANEEL encontra-se disponível no site institucional da Companhia <https://institucional.taesa.com.br/pesquisa-e-desenvolvimento>.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos

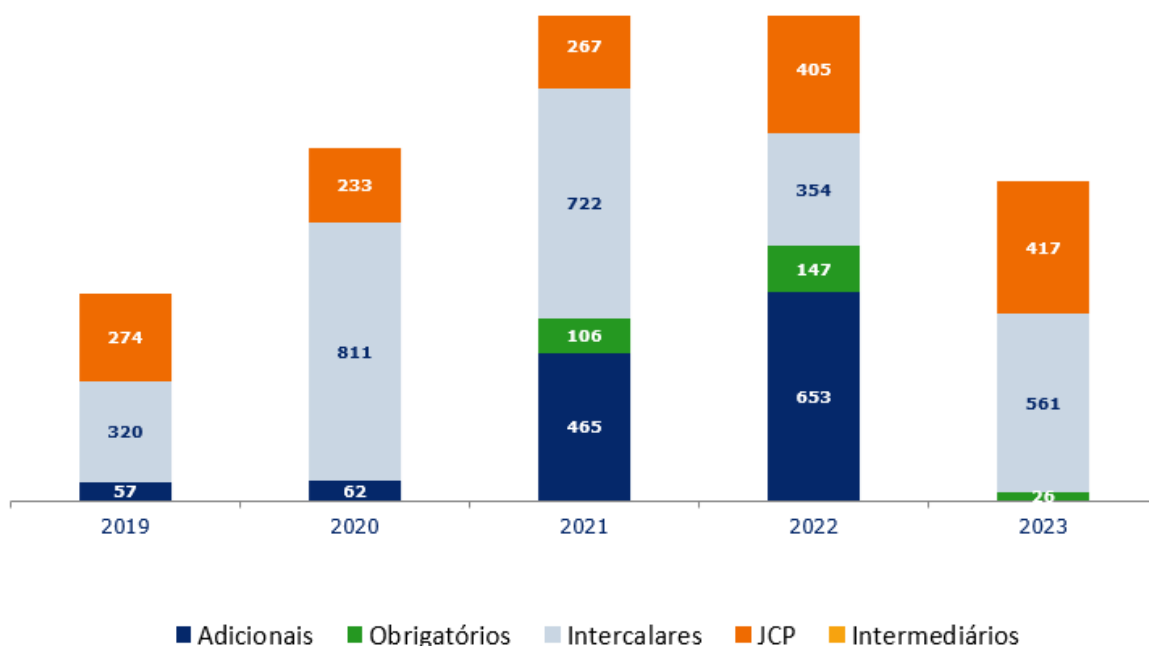
De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva de incentivo fiscal.

No exercício de 2023, foram aprovados pagamentos no montante de R\$1.004.043 a título de dividendos e JCP, sendo:

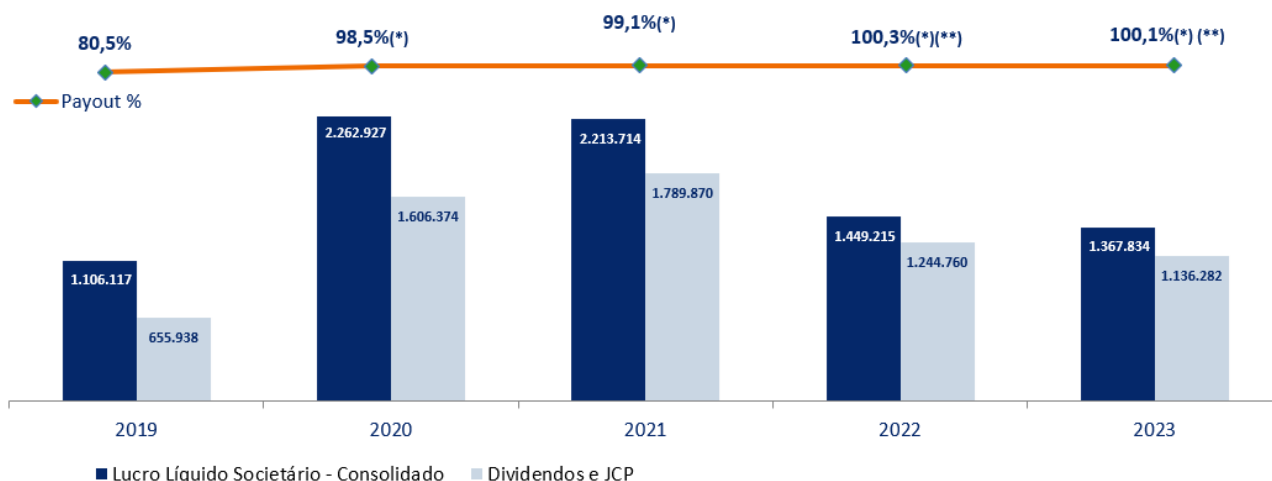
- R\$460.000 - dividendos intercalares de 2022;
- R\$26.048 – dividendos mínimos obrigatórios de 2022;
- R\$101.267 - dividendos intercalares de 2023; e
- R\$416.728 - JCP de 2023.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ Nº 07.859.971/0001-30

Série histórica de dividendos e JCP pagos (R\$ MM)
Societário



Dividendos e JCP Distribuídos - Payout Societário



(*) Para o cálculo do *Payout* os lucros líquidos foram ajustados excluindo os impactos do CPC 47. Os impactos foram de R\$232.904, R\$207.632, R\$408.098, R\$631.470 e R\$291.323 nos exercícios de 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019, respectivamente. Assim como os impactos do CPC 47 apurados no exercício de 2023, 2022, 2021, 2020 e 2019, a proposta da Administração é destinar os impactos apurados no exercício de 2023 para as Reservas de lucros a realizar e pagar dividendos aos acionistas em períodos futuros a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia. (**) Para o cálculo do payout foram excluídos os valores de R\$1.352 para 2023 e R\$3.177 para 2022, referente a reversão de incentivo fiscal.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ Nº 07.859.971/0001-30

EBITDA regulatório ajustado x EBITDA regulatório padrão

	2023	2022	Var	Var (%)
Receita líquida	1.667.905	1.597.490	70.415	4,41%
EBITDA regulatório padrão	2.147.191	1.847.777	299.414	16,20%
Margem EBITDA - padrão	128,74%	94,26%	34,48	34,48%
<i>Reconciliação do EBITDA - padrão</i>				
Lucro regulatório do exercício	1.093.098	1.048.322	44.776	4,27%
Resultado financeiro	835.567	644.910	190.657	29,56%
Imposto de renda e contribuição social	37.321	(27.359)	64.680	-236,41%
Depreciação	181.205	181.904	(699)	-0,38%
EBITDA regulatório padrão	2.147.191	1.847.777	299.414	16,20%

	2023	2022	Var	Var (%)
Receita líquida	1.667.905	1.597.490	70.415	4,41%
EBITDA regulatório ajustado	1.423.942	1.325.823	98.119	7,40%
Margem EBITDA - Ajustado	85,37%	82,99%	2,38	2,38%
<i>Reconciliação do EBITDA - ajustado</i>				
Lucro regulatório do exercício	1.093.098	1.048.322	44.776	4,27%
Equivalência Patrimonial	(723.249)	(521.954)	(201.295)	38,57%
Resultado financeiro	835.567	644.910	190.657	29,56%
Imposto de renda e contribuição social	37.321	(27.359)	64.680	-236,41%
Depreciação	181.205	181.904	(699)	-0,38%
EBITDA regulatório Ajustado	1.423.942	1.325.823	98.119	7,40%

EBITDA padrão - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Resolução CVM nº 156 de 24 de junho de 2022, estabelece a divulgação voluntária do cálculo do EBITDA padrão.

EBITDA ajustado - É o EBITDA padrão somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

Endividamento

	2023	2022
Circulante	1.128.530	613.898
Não circulante	7.607.149	6.517.510
Dívida bruta	8.735.679	7.131.408
(-) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(1.149.600)	(765.136)
Dívida líquida	7.586.079	6.366.272

Dívida Líquida - Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Dívida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Dívida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias de 31 de dezembro de 2023.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A *Deloitte Touche Tohmatsu* Auditores Independentes LTDA presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia e suas controladas desde abril de 2022. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente por três anos consecutivos, reajustado pelo IPCA. Adicionalmente, a Deloitte foi contratada para emissão de carta conforto referente a 14ª emissão de debêntures e emissões de laudos de avaliação do patrimônio líquido a valor contábil (incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra). O montante referente aos serviços de auditoria independente, emissão de carta conforto em conexão com 14ª emissão de debentures da Companhia e emissões de laudos para fins de incorporação, no exercício de 2023 foi de R\$3.476.

As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração da Companhia com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis regulatórias contidas no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base contábil de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, que foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), sobre o qual emitimos relatório do auditor independente separadamente, sem modificação, com data de 6 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração Regulatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração Regulatório, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração Regulatório e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração Regulatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2024


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ NO 07.859.971/0001-30

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.143.367	759.628
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	221.191	131.587
Impostos e contribuições sociais correntes	8	268.090	224.266
Dividendos a receber	14	207.358	227.643
Outras contas a receber e outros ativos		55.267	41.258
Total dos ativos circulantes		1.895.273	1.384.382
<i>Ativos não circulantes</i>			
Títulos e valores mobiliários	5	6.233	5.508
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	37.040	27.181
Outras contas a receber		24.539	24.754
Depósitos judiciais		51.257	41.405
Instrumentos financeiros derivativos	17	-	1.149
Investimentos	10	3.359.489	4.083.772
Imobilizado		5.025.808	3.114.420
Intangível		338.332	225.848
Total dos ativos não circulantes		8.842.698	7.524.037
Total dos ativos		10.737.971	8.908.419
	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		113.493	72.161
Empréstimos e financiamentos	12	6.197	6.446
Debêntures	12	1.122.333	607.452
Impostos e contribuições sociais correntes	8	32.512	18.027
Taxas regulamentares		45.248	52.800
Dividendos e JCP a pagar	14	228.083	26.105
Outras contas a pagar		80.988	70.741
Total dos passivos circulantes		1.628.854	853.732
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	12	346.697	372.293
Debêntures	12	7.124.873	6.100.129
Instrumentos financeiros derivativos	17	135.579	46.237
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	130.958	54.839
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	13	50.585	35.261
Obrigações especiais	7	19.337	20.236
Outras contas a pagar		48.685	7.387
Total dos passivos não circulantes		7.856.714	6.636.382
Total dos passivos		9.485.568	7.490.114
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		3.042.035	3.042.035
Reserva de capital		594.507	594.507
Reserva de lucros		2.690.847	2.459.295
Dividendos adicionais propostos		390.283	460.000
Outros resultados abrangentes		(42.591)	10.410
Prejuízos acumulados		(5.422.678)	(5.147.942)
Total do patrimônio líquido	14	1.252.403	1.418.305
Total dos passivos e do patrimônio líquido		10.737.971	8.908.419

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ NO 07.859.971/0001-30

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota expli- cativa	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilização do sistema de transmissão		1.827.528	1.808.797
Parcela variável		6.105	(58.524)
Outras receitas operacionais		9.332	8.916
Receita bruta	19	1.842.965	1.759.189
PIS e COFINS - Corrente		(88.684)	(87.519)
ISS		(467)	(446)
ICMS		-	(35)
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE		(85.909)	(73.699)
Tributos e encargos		(175.060)	(161.699)
Receita Líquida		1.667.905	1.597.490
<i>Custos operacionais</i>			
Pessoal e administradores		(52.525)	(58.210)
Material		(6.730)	(5.541)
Serviços de terceiros		(35.533)	(34.875)
Depreciação e amortização		(169.435)	(170.252)
Outros custos operacionais		(6.610)	(12.843)
	20	(270.833)	(281.721)
Lucro Bruto		1.397.072	1.315.769
<i>Despesas gerais e administrativas</i>			
Pessoal e administradores		(124.216)	(111.803)
Serviços de terceiros		(43.857)	(32.513)
Depreciação e amortização		(11.749)	(11.652)
Outras despesas operacionais		25.487	(15.882)
	20	(154.335)	(171.850)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições		1.242.737	1.143.919
Resultado de equivalência patrimonial	10	723.249	521.954
Receitas financeiras		99.842	130.627
Despesas financeiras		(935.409)	(775.537)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	21	(835.567)	(644.910)
Resultado antes dos impostos e contribuições		1.130.419	1.020.963
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.844)	(12.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(34.477)	39.760
Imposto de renda e contribuição social	15	(37.321)	27.359
Lucro líquido do exercício		1.093.098	1.048.322
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	18	1,05767	1,01434
Ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	18	1,05767	1,01434

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ NO 07.859.971/0001-30

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota expli- cativa	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		1.093.098	1.048.322
Ajuste de avaliação patrimonial	18	(53.001)	(12.053)
Resultado abrangente total do exercício		1.040.097	1.036.269

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ no 07.859.971/0001-30

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de capital, Transações de capital	Reserva de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
		Capital social	Custos com emissões de ações		Legal	Incentivo fiscal	Reserva especial	Reserva de lucros a realizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.067.535	(25.500)	594.507	433.057	330.799	1.604.384	-	653.282	(4.747.049)	22.463	1.933.478
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	-	-	(653.282)	-	-	(653.282)
Dividendos intermediários pagos		-	-	-	-	-	(113.400)	-	-	-	-	(113.400)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	(353.959)	-	(353.959)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	(404.753)	-	(404.753)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.053)	(12.053)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.048.322	-	1.048.322
Destinação do lucro líquido do exercício societário:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva incentivo fiscal		-	-	-	-	(3.177)	-	-	-	3.177	-	-
Reserva especial		-	-	-	-	-	207.632	-	-	(207.632)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios remanescentes		-	-	-	-	-	-	-	-	(26.048)	-	(26.048)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	460.000	(460.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.067.535	(25.500)	594.507	433.057	327.622	1.698.616	-	460.000	(5.147.942)	10.410	1.418.305
Transferência entre reservas		-	-	-	-	-	(1.698.616)	1.698.616	-	-	-	-
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	-	-	-	-	(460.000)	-	-	(460.000)
Dividendos intercalares pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	(329.271)	-	(329.271)
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	(416.728)	-	(416.728)
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros derivativos	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.001)	(53.001)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	1.093.098	-	1.093.098
Destinação do lucro líquido do exercício societário:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva incentivo fiscal		-	-	-	-	(1.352)	-	-	-	1.352	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	-	-	-	-	232.904	-	(232.904)	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	390.283	(390.283)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	3.067.535	(25.500)	594.507	433.057	326.270	-	1.931.520	390.283	(5.422.678)	(42.591)	1.252.403

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ NO 07.859.971/0001-30

Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota expli- cativa	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		1.093.098	1.048.322
Ajustes para:			
Resultado de equivalência patrimonial	11	(723.249)	(521.954)
Depreciação e amortização		181.205	181.904
(Reversão) provisão para causas fiscais, trabalhistas e cíveis, líquidas	14	(3.666)	9.486
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	12 e 22	(2.610)	(29.262)
Juros, variações monetárias sobre debêntures	12 e 22	903.808	742.786
Perda com instrumentos financeiros derivativos	18 e 22	2.410	49.070
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	2.844	12.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	34.477	(39.760)
Receita de aplicação financeira		(725)	(602)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais		(5.986)	(7.541)
Despesa de atualização monetária de contingências	14	12.235	3.496
(Reversão) provisão de parcela variável	6	(24.709)	26.590
		1.469.132	1.474.936
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias		(27.796)	(16.690)
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(2.188)	(54.882)
Redução no saldo de outros créditos		10.455	9.579
(Redução) aumento no saldo de fornecedores		(4.639)	28.459
(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares		(12.412)	8.592
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		28.417	(9.747)
Dividendos recebidos de controladas	12	428.083	286.943
Dividendos recebidos de controladas em conjunto e coligadas	12	593.652	395.883
		1.013.572	648.137
Caixa gerado pelas atividades operacionais		2.482.704	2.123.073
Imposto de renda e contribuição social pagos		(35.402)	(56.461)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.447.302	2.066.612
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado e intangível		(190.897)	(222.918)
Aumento de capital nas controladas	11	(1.579.731)	(244.700)
Aumento de capital nas controladas em conjunto	11	-	(133.500)
Caixa líquido incorporado		90.755	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		(1.679.873)	(601.118)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos		-	362.600
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	12	(1.957)	(517.157)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	12	(21.278)	(7.163)
Emissão debêntures, líquido de custos de transação	12	1.755.679	1.999.496
Pagamento de debêntures - principal	12	(521.291)	(767.011)
Pagamento de debêntures - juros	12	(598.571)	(435.363)
Pagamento de dividendos e JCP	12	(1.004.021)	(1.672.384)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	18	7.749	151.345
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		(383.690)	(885.637)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		383.739	579.857
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	759.628	179.771
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	1.143.367	759.628
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		383.739	579.857

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Av. das Américas, 2.480, bloco 6, sala 201, Barra da Tijuca, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: SGT, MAR, MIR, JAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG e TNG.

Controladas em conjunto: ETAU, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí.

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. As coligadas são denominadas, em conjunto, "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, TNG, Aimorés e Paraguaçu), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Ivaí, ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE).

A principal atividade das empresas em que a Companhia tem participação é a transmissão de energia elétrica. Elas são responsáveis pela implementação, operação e manutenção das instalações da rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN) durante um período de 30 anos.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início Término	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica		Km (a) (não auditado)	SE (b)
	Contrato de concessão				Prazo (anos)	Próxima		
Taesa								
Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	BA e GO	5 (c)	01/07/2024	1.139	8
Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	DF, GO, MA e TO	5 (c)	01/07/2024	1.278	6
Munirah Transmissora de Energia S.A. ("MUN")	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	BA	5 (c)	01/07/2024	106	2
Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("GTE")	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB e PE	5 (c)	01/07/2024	52	3
Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("PAT")	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	RN	5 (c)	01/07/2024	146	4
Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	30/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	SP	5 (c)	01/07/2024	505	3
Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE") (d)	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	RJ	5 (c)	01/07/2024	392	5
ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	PR e SP	5 (c)	01/07/2024	370	3
ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	BA, PI e TO	5 (c)	01/07/2024	942	4
Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	PB, PE e AL	5 (c)	01/07/2024	383	4
ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III") (n)	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	PA e TO	5	01/07/2024	454	4
Sant'Ana Transmissora de Energia Elétrica S.A ("SAN") (e) (n)	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2019 22/03/2049	100%	RS	5	01/07/2024	606	6
Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SIT") (f) (n)	21/02/2022 (**) 05/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	SC e RS	5	01/07/2028	743	4
Controladas								
São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	12/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	MG	5	01/07/2028	n/a	1
Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (g)	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/10/2046	100%	MG	5	01/07/2024	82	2
Miracema Transmissora de Energia Elétrica S.A ("MIR")	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	TO	5	01/07/2026	90	3
Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN")	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	MG e BA	5	01/07/2027	545	3
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	07/12/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	100%	MT	5	01/07/2028	402	4
São João Transmissora de Energia S.A. ("SJT")	14/02/2020 (*) 008/2013	01/08/2013 01/08/2043	100%	PI	5	01/07/2024	413	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT")	14/02/2020 (*) 015/2013	09/10/2013 09/10/2043	100%	BA e PI	5	01/07/2024	494	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT")	13/03/2020 (*) 030/2017	11/08/2017 11/08/2047	100%	RN	5	01/07/2028	28	2
Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("ANT") (h)	12/05/2021 (**) 001/2022	31/03/2022 31/03/2052	100%	SP e PR	5	01/07/2027	363	4
Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("PTG") (i)	21/02/2022 (**) 015/2022	30/09/2022 30/09/2052	100%	SC	5	01/07/2027	93	3
Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("TNG") (f)	12/05/2021 (**) 03/2023	30/03/2023 30/03/2053	100%	MA e PR	5	01/07/2028	279	4
Controladas em conjunto								
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	75,62%	RS e SC	5 (c)	01/07/2024	188	4
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (j)	18/11/2016 (**) 004/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	MG	5	01/07/2027	208	2
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (k)	18/11/2016 (**) 003/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	MG e BA	5	01/07/2027	338	2
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") (l)	17/05/2017 (**) 022/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	PR	5	01/07/2028	600	5

**TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta								
Concessão	Aquisição (*) Constituição (**)	Início	Participação	Localidade	Revisão tarifária periódica		Km (a)	SE (b)
	Contrato de concessão	Término			Prazo (anos)	Próxima	(não auditado)	
Coligadas								
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA e MA	5 (c)	01/07/2024	927	5
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	PA	5 (c)	01/07/2024	328	2
Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	SC	5 (c)	01/07/2024	253	2
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA e MA	5 (c)	01/07/2024	459	3
Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	PA	5 (c)	01/07/2024	155	3
Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2024	230	4
Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,99%	SC	5 (c)	01/07/2024	40	2
EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	MT	5	01/07/2024	782	7
ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	MG	5	01/07/2025	n/a	1
ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	SC	5	01/07/2027	n/a	2
Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (m)	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	MG e ES	5	01/07/2027	237	2
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE")	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	BA	5	01/07/2027	165	3
Companhia Transleste de Transmissão S.A ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2024	139	2
Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2024	140	2
Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	54,00%	MG	5 (c)	01/07/2024	61	2
Total geral							15.155	110

(a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação. (b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas.

(c) A revisão tarifária refere-se apenas às receitas oriundas de processos de autorização (reforços e melhorias).

(d) Adequações e modificações no trecho de 4 km, referente a um seccionamento de linha, objeto do Contrato de Concessão de SAN, que é de propriedade da STE.

(e) O empreendimento SAN entrou em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa nº 24.

(f) Empreendimentos Tangará e Saíra - Em 16 de dezembro de 2022, a Taesa arrematou os lotes 3 e 5 do leilão de transmissão 002/2022-ANEEL.

(g) De acordo com o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 011/2014, assinado em 2 de fevereiro de 2022, o término da concessão da MAR foi estendido em 883 dias.

(h) Empreendimento Ananai - Em 17 de dezembro de 2021, a Taesa arrematou o lote 01 do leilão de transmissão 002/2021-ANEEL.

(i) Empreendimento Pitiguari - Em 30 de junho, de 2022, a Taesa arrematou o lote 10 do leilão de transmissão 001/2022-ANEEL.

(j) Em 06 de maio de 2022, o empreendimento Aimorés entrou em operação comercial.

(k) Em 27 de julho de 2022, o empreendimento Paraguauçu entrou em operação comercial.

(l) Empreendimento Ivaí concluído em 03 de março de 2024.

(m) O ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022.

(n) Empresa incorporada em 29 de dezembro de 2023.

Incorporação de controladas

Através da Resolução Autorizativa nº 15.017, de 12 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para realização de transferência de titularidade, mediante incorporação, das concessionárias ATE III, SAN e SIT pela Taesa.

Em 29 de dezembro de 2023, a Companhia concluiu as incorporações das controladas ATE III, SAN e SIT, com objetivo de otimização de seus processos, dos procedimentos administrativos e operacionais, bem como a simplificação de estrutura societária que acarretará na redução de despesas operacionais e administrativas.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir os saldos patrimoniais incorporados à Taesa:

Balanco Patrimonial em 29 de dezembro de 2023			
	ATE III	SAN	SIT
Ativo			
Circulante	49.210	41.692	66.854
Não circulante	425.443	704.011	901.449
Total do Ativo	474.653	745.703	968.303
Passivo			
Circulante	19.225	44.129	11.028
Não circulante	74.111	6.673	7.680
Patrimônio líquido	381.317	694.901	949.595
Total do Passivo e Patrimônio líquido	474.653	745.703	968.303

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 29 de abril de 2024.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 25.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. Os principais assuntos que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos - São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

d) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS MATERIAIS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Depreciação - Itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Amortização - Calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3.3. Obrigações especiais

As obrigações especiais são vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica, pois não são condicionadas à realização financeira direta ou a qualquer retorno às fontes que aportaram recursos, e que são exclusivamente destinados às obras de expansão e melhoramento dos bens e instalações necessárias à exploração da concessão. O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador e que ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária.

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, no uso de suas atribuições, emitiu em 22 de dezembro de 2016, o Despacho nº 3.371, que determina para fins da contabilidade regulatória que a divulgação das obrigações especiais no balanço patrimonial deve ser apresentada como passivo, e não mais como redutora do ativo.

3.4. Redução ao valor recuperável ("impairment")

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável.

A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Taesa sobre condições de que a Taesa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas em nenhum dos exercícios apresentados.

b) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa - UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo (ou da UGC) para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida, exceto ágio.

A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

3.5. Reconhecimento da receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.6. Investimento em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, as informações contábeis regulatórias das controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, as informações contábeis regulatórias das controladas, são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às aquelas estabelecidas no MCSE. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias consolidadas não é exigida pela ANEEL.

3.7. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

3.8. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos - Os empréstimos e recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Não há reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando ocorre a transferência dos direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros ao VJR - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

(ii) Recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b) Passivos financeiros não derivativos - A Companhia reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia possui os passivos financeiros não derivativos na categoria:

Outros passivos financeiros ao custo amortizado - os outros passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis e após o reconhecimento inicial de custo amortizado através de método de juros efetivos.

c) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A Companhia passou a utilizar instrumentos financeiros derivativos, como swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de impacto das mudanças nas taxas de juros sobre os fluxos de caixas e os designou em estruturas de hedge accounting. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, a Companhia classificou os instrumentos como Hedge de Fluxo de Caixa.

No início de uma relação de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge na qual pretende aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo da Companhia e estratégia de gestão de risco para o hedge. Essa documentação inclui: identificação do instrumento de hedge, identificação dos itens de hedge ou transações sendo coberta, a natureza dos riscos a serem cobertos e dos riscos excluídos, e análise da eficácia do hedge demonstrando que há relação econômica entre item protegido e instrumento de hedge, que o efeito do risco de crédito não influencia as alterações do valor justo decorrentes da relação de hedge e como é determinado o índice de hedge para avaliar a eficácia prospectivamente incluindo possíveis fontes de inefetividade, que pode ser tanto qualitativa (desde que os termos do item protegido sejam idênticos aos do instrumento de hedge – valor nominal, vencimentos, indexadores) como quantitativa.

A contabilidade do hedge de fluxo de caixa é reconhecida da seguinte forma:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e, caso a proteção deixe de atender ao índice de hedge, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar (“reequilibrar”) o índice de hedge para atender os critérios de qualificação. Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de hedge (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de hedge) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com as transações objeto de hedge ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de hedge somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).

Se a ocorrência da transação prevista não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

A Companhia utiliza contratos de swap para oferecer alinhamento no fluxo de caixa relacionadas às suas transações com debêntures e a concessão de ativos.

3.9. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais, caso não sejam resgatáveis ou resgatáveis somente à escolha da Companhia, são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.11 Subvenção e assistência governamentais

Visam compensar as despesas incorridas e são reconhecidas no resultado em uma base sistemática, no mesmo período em que as despesas relacionadas são incorridas. O reconhecimento contábil dessa redução ou isenção tributária como subvenção para investimento é efetuado registrando-se o imposto total no resultado como se devido fosse, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido, quando realizada a destinação do resultado do exercício.

3.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e depósitos judiciais. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variações monetárias líquidas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, variações cambiais líquidas dos passivos em moeda estrangeira e resultado nos instrumentos de "hedge" e variações monetárias de Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

3.14 Lucro por ação

Os lucros por ação, básico e diluído, são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.15 Plano de previdência privada (contribuição definida)

Os pagamentos ao plano de previdência privada são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados, ou seja, quando a Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz presta serviços de gestão do Plano de Benefícios Previdenciários.

3.16 Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC")

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos recebidos representam uma extensão de suas atividades operacionais.

3.17 Arrendamento operacional

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear considerando o período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.18 Normas e interpretações societárias ainda não adotadas pelo Órgão Regulador

A ANEEL não adotou os pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018 e de 2019, conforme abaixo:

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente - O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia avaliou suas operações à luz das novas normas contábeis e concluiu que a atividade de implementação da infraestrutura é afetada pelo novo CPC, uma vez que o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outras obrigações de performance.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ICPC 01 - Contratos de Concessão - Esta interpretação técnica orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas. É aplicada à infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pelo concessionário para cumprir o contrato de prestação de serviços; e à infraestrutura já existente, que a concedente repassa durante o prazo contratual ao concessionário para efeitos do contrato de prestação de serviços.

ICPC 22 - IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - Essa interpretação técnica, vigente para exercícios financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

3.19 Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023:

Norma	Descrição da alteração
CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras - Julgamentos de Materialidade	As entidades devem divulgar informações materiais da política contábil.
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

As normas listadas na tabela acima não impactaram essa demonstração contábil regulatória.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024:

Norma	Descrição da alteração
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.
IFRS 16/ CPC 6 (R2): Arrendamentos	Emissão de orientações adicionais sobre a mensuração subsequente para transações de Sale and Leaseback; onde especifica que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo, que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda e retroarrendamento.
IAS 7 / CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de forfait (risco sacado, confirming ou securitização de contas a pagar); as alterações visam atender melhor às necessidades dos investidores, aumentando a transparência das operações e seus impactos nos passivos e fluxos de caixa da empresa.

A Companhia não espera que as adoções das normas listadas acima resultem em impactos relevantes sobre as demonstrações contábil regulatórias em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	791	578
Aplicações financeiras	1.142.576	759.050
	1.143.367	759.628
Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2023	31/12/2022
CDB e Operações Compromissadas	101,52% do CDI	101,43% do CDI

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Fundo de investimentos e depósitos vinculados	31/12/2023	31/12/2022
Conta reserva (a)	6.233	5.508
Ativo não circulante	6.233	5.508

a) Conta Reserva – Depósitos mantidos junto ao Banco do Nordeste advindos de benefício fiscal. O reinvestimento é um produto operado pelo referido banco destinado às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, localizadas na área de atuação da Sudene (região nordeste, norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais).

Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Conta Reserva	95,50% do CDI	95,50% do CDI

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	270.352	191.915
Parcela variável (i)	(12.121)	(33.147)
	258.231	158.768
Circulante	221.191	131.587
Não circulante (ii)	37.040	27.181

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2023 e 2022, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo regulamento da ANEEL, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) O saldo refere-se aos usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial, aos Avisos de Crédito - AVC complementares de rescisão de CUST. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

Movimentação da parcela variável	31/12/2022	Adição ¹	Reversão ¹	Incorporação ²	31/12/2023
	(33.147)	(23.004)	47.713	(3.683)	(12.121)

¹Valor provisionado da parcela variável no período, líquido dos valores descontados, conforme AVC.

²Empresas incorporadas em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2023	31/12/2022
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
	199.375	29.557	9.005	2.888	29.527	270.352	191.915

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- Principais características dos contratos de concessão:

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE, Lumitrans, Transudeste, Transleste, Transirapé e NTE) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, BRAS, SJT, SPT, LNT, ANT, PTG, SIT, TNG, Paraguaçu, Aimorés, STC, EBTE, ETSE, ESDE, ESTE, Ivaí, EDTE e SAN).

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura, reajustado e revisado anualmente. No 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura da transmissora (TSN, NVT, GTESA, NTE, STE, PATESA, MUNIRAH, ETEO, ATE, ATE II, ATE III, ETEP, EATE, ERTE, ENTE, ETAU, STC, ECTE, LUMITRANS, TRANSLESTE, TRANSUDESTE e TRANSIRAPÉ) terá redução de 50% estendendo-se, desta forma, até o término da concessão.

No caso das concessões detidas pelas empresas BRAS, SGT, MAR, MIR, JAN, SAN, SPT, SJT, LNT, ANT, PTG, TNG, Paraguaçu, Aimorés, Ivaí, ETSE, EBTE, ESDE, ESTE e EDTE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Para concessão SIT, considerando se tratar de um empreendimento que envolveu a aquisição de ativos em operação comercial e, por conseguinte, a implementação de novos ativos e revitalizações nas Conversoras Garabi I e II, o recebimento da RAP foi dividido em formato de quadrantes ao longo dos 30 (trinta) anos de vigência do contrato de concessão (1º ao 5º ano 72,24% da RAP, 6º ao 15º ano 100% da RAP e 16º ao 30º ano 53,61% da RAP).

Parcela variável - As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso específico da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e implementação de infraestrutura dos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente determinado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

• **Estrutura de formação da RAP** – As concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

A tabela abaixo, detalha os valores das RAPs, incluindo as dos empreendimentos em construção. Os valores informados para as concessões TNG e SIT não se encontram na Resolução Homologatória 3.216/2023 e foram calculados conforme metodologia definida nos contratos de concessão:

Concessão	Ciclo 2023-2024 Resolução 3.216 de 04/07/2023 Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Ciclo 2022-2023 Resolução 3.067 de 12/07/2022 Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Ciclo 2021-2022 Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i) Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
TSN (vi)	484.062	(485)	483.577	506.697	(5.618)	501.079	457.100	(4.399)	452.701
GTE	8.519	(185)	8.334	8.918	(268)	8.650	8.054	(268)	7.786
MUN	31.609	(486)	31.123	33.087	(1.032)	32.055	29.883	(1.091)	28.792
PAT	26.371	1.467	27.838	26.748	(679)	26.069	23.851	(650)	23.201
ETEO	152.742	(3.218)	149.524	159.885	(4.997)	154.888	144.400	(4.837)	139.563
NVT (ii) e (iii)	511.481	(11.548)	499.933	535.401	(16.732)	518.669	483.263	(16.925)	466.338
STE	73.623	(1.307)	72.316	77.165	(1.775)	75.390	69.531	(1.770)	67.761
NTE	133.625	(2.288)	131.337	139.874	(3.545)	136.329	126.085	(4.032)	122.053
ATE	129.218	(3.910)	125.308	135.261	(3.473)	131.788	122.078	(4.703)	117.375
ATE II	202.320	(5.546)	196.774	211.782	(10.559)	201.223	273.639	(15.172)	258.467
ATE III (ii)	86.182	(3.958)	82.224	144.196	(4.898)	139.298	138.241	(4.523)	133.718
SAN (v) e (vi)	77.899	(2.579)	75.320	74.446	(327)	74.119	67.080	-	67.080
SIT (viii)	158.223	20.135	178.358	152.232	-	152.232	-	-	-
SGT	6.924	(2)	6.922	6.662	(4)	6.658	5.963	(338)	5.625
BRAS (ii) e (iii)	35.611	(749)	34.862	34.262	(1.014)	33.248	30.788	321	31.109
MAR	20.618	(695)	19.923	19.837	(711)	19.126	17.754	(444)	17.310
MIR (ii) e (iii)	86.547	(1.749)	84.798	83.270	(2.987)	80.283	74.527	(1.822)	72.705
SPT (ii)	67.277	(2.271)	65.006	64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995
SJT (ii)	62.538	(1.401)	61.137	60.170	(882)	59.288	53.853	(5.189)	48.664
LNT	16.130	(624)	15.506	15.519	(574)	14.945	13.890	(350)	13.540
JAN (iv)	242.968	(8.152)	234.816	233.767	(6.678)	227.089	213.631	-	213.631
ANT (vii)	150.851	-	150.851	145.139	-	145.139	-	-	-
TNG (vii)	94.980	-	94.980	91.380	-	91.380	-	-	-
PTG (vii)	20.610	-	20.610	18.787	-	18.787	-	-	-
	2.880.928	(29.551)	2.851.377	2.979.214	(68.437)	2.910.777	2.406.498	(66.084)	2.340.414

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.
(ii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões ATE III, MIR, BRA, NVT, SJT e SPT foram alterados pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças foram recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 das concessões BRA, MIR e NVT foram ajustados de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (iv) A JAN entrou em operação comercial em 1º de setembro de 2021. (v) A SAN entrou em operação comercial, conforme detalhado na nota explicativa 24. (vi) A Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, foi alterada pelo Despacho nº 848, de março de 2023, que julgou os recursos administrativos apresentados pelas transmissoras. Como resultado, as concessões TSN e SAN tiveram as RAPs do ciclo 2022/2023 revisadas nos termos do referido despacho. (vii) Empreendimentos em construção, conforme detalhado na nota explicativa 24. (viii) Empreendimento em operação comercial, com projeto de revitalização em andamento, conforme detalhado na nota explicativa 23.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto						Depreciação acumulada					Valor líquido	
		31/12/2022	Adições	Baixas	Transfe-rências	Incorporação	31/12/2023	31/12/2022	Depreciação incorrida	Incorporação	Baixas	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Imobilizado em Serviço														
Transmissão														
Terrenos		4.463	-	-	-	4.350	8.813	-	-	-	-	-	8.813	4.463
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,78%	116.692	-	-	478	67.851	185.021	(53.690)	(3.298)	(9.707)	-	(66.695)	118.326	63.002
Máquinas e Equipamentos	2,19%	5.098.612	-	(1.765)	8.363	2.013.203	7.118.413	(2.594.318)	(155.805)	(356.922)	994	(3.106.051)	4.012.362	2.504.294
Veículos	7,02%	13.895	-	-	3.555	592	18.042	(9.282)	(1.266)	(450)	-	(10.998)	7.044	4.613
Móveis e utensílios	3,28%	3.092	-	-	132	743	3.967	(1.674)	(130)	(51)	-	(1.855)	2.112	1.418
		5.236.754	-	(1.765)	12.528	2.086.739	7.334.256	(2.658.964)	(160.499)	(367.130)	994	(3.185.599)	4.148.657	2.577.790
Serviço não vinculado à concessão														
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,97%	252	-	-	-	-	252	(92)	(10)	-	-	(102)	150	160
Máquinas e Equipamentos	3,25%	7.790	-	-	-	-	7.790	(4.495)	(253)	-	-	(4.748)	3.042	3.295
Móveis e utensílios	3,61%	305	-	-	-	-	305	(160)	(11)	-	-	(171)	134	145
		8.347	-	-	-	-	8.347	(4.747)	(274)	-	-	(5.021)	3.326	3.600
Administração												-		
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,83%	2.375	-	-	593	-	2.968	(1.074)	(84)	-	-	(1.158)	1.810	1.301
Máquinas e equipamentos	8,78%	22.642	-	-	1.366	91	24.099	(14.843)	(2.115)	-	-	(16.958)	7.141	7.799
Veículos		2.215	-	-	38.082	-	40.297	(298)	(1.677)	(2)	-	(1.977)	38.320	1.917
Móveis e utensílios	4,73%	7.543	-	-	357	66	7.966	(4.451)	(377)	(7)	-	(4.835)	3.131	3.092
		34.775	-	-	40.398	157	75.330	(20.666)	(4.253)	(9)	-	(24.928)	50.402	14.109
Subtotal Imobilizado em Serviço		5.279.876	-	(1.765)	52.926	2.086.896	7.417.933	(2.684.377)	(165.026)	(367.139)	994	(3.215.548)	4.202.385	2.595.499
Ativo Imobilizado em Curso														
Transmissão														
Terrenos	-	-	231	-	-	-	231						231	-
Máquinas e equipamentos	-	177.646	86.988	-	(7.159)	72.215	329.690	-	-	-	-	-	329.690	177.646
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	15.916	370	-	(500)	904	16.690	-	-	-	-	-	16.690	15.916
Veículos	-	7.462	124	-	(4.845)	1.044	3.785	-	-	-	-	-	3.785	7.462
Móveis e utensílios	-	2.532	60	-	(208)	67	2.451	-	-	-	-	-	2.451	2.532
Material em depósito	-	130.786	1.768	-	-	52.762	185.316	-	-	-	-	-	185.316	130.786
Adiantamento a fornecedores (*)		2.595	21.337	-	-	55.436	79.368	-	-	-	-	-	79.368	2.595
Outros		2.172	-	-	-	28.966	31.138	-	-	-	-	-	31.138	2.172
		339.109	110.878	-	(12.712)	211.394	648.669	-	-	-	-	-	648.669	339.109
Administração														
Máquinas e equipamentos	-	51.962	20.729	-	(1.273)	1.212	72.630	-	-	-	-	-	72.630	51.962

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto						Depreciação acumulada					Valor líquido	
		31/12/2022	Adições	Baixas	Transfe-rências	Incorporação	31/12/2023	31/12/2022	Depreciação incorrida	Incorporação	Baixas	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	91.936	2.934	-	(594)	-	94.276	-	-	-	-	-	94.276	91.936
Móveis e utensílios	-	358	6.772	-	(30)	-	7.100	-	-	-	-	-	7.100	358
Material em depósito	-	266	-	-	-	-	266	-	-	-	-	-	266	266
Veículos	-	34.809	3.275	-	(38.084)	-	-	-	-	-	-	-	-	34.809
		179.331	33.710	-	(39.981)	1.212	174.272	-	-	-	-	-	174.272	179.331
Serviço não vinculado à concessão														
Máquinas e Equipamentos	-	479	-	-	-	-	479	-	-	-	-	-	479	479
Móveis e Utensílios	-	3	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	3
Imob Curso não vinculado		482	-	-	-	-	482	-	-	-	-	-	482	482
Subtotal Imobilizado em Curso		518.922	144.588	-	(52.693)	212.606	823.423	-	-	-	-	-	823.423	518.922
Total do Ativo Imobilizado		5.798.798	144.588	(1.765)	233	2.299.502	8.241.356	(2.684.377)	(165.026)	(367.139)	994	(3.215.548)	5.025.808	3.114.421

(*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

(**) valor reclassificado para a conta de depreciação acumulada, pois trata-se de uma reversão de baixa líquida.

Intangível	Taxa média de depreciação	Valor Bruto							Depreciação acumulada				Valor líquido	
		31/12/2022	Adições	Baixas	Transfe-rências	Reclassifi-cação (**)	Incorporação	31/12/2023	31/12/2022	Depreciação incorrida	Incorporação	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço														
Transmissão														
Servidões		30.096	-	-	-	-	70.051	100.147	-	-	-	-	100.147	30.096
Softwares	5,31%	12.263	-	-	71	-	1.217	13.551	(10.534)	(720)	(730)	(11.984)	1.567	1.729
Outros	1,63%	355.962	-	-	-	-		355.962	(317.830)	(5.812)	-	(323.642)	32.320	38.132
		398.321	-	-	71	-	71.268	469.660	(328.364)	(6.532)	(730)	(335.626)	134.034	69.957
Serviço não vinculado à concessão														
Administração														
Softwares	13,42%	62.884	-	-	1.328	(2.725)	-	61.487	(30.773)	(8.253)	-	(39.026)	22.461	32.111
Licenças	12,71%	15.147	-	-		2.725	-	17.872	(13.165)	(2.271)	-	(15.436)	2.436	1.982
		78.031	-	-	1.328	-	-	79.359	(43.938)	(10.524)	-	(54.462)	24.897	34.093
Subtotal		476.352	-	-	1.399	-	71.268	549.019	(372.302)	(17.056)	(730)	(390.088)	158.931	104.050
Ativo Intangível em Curso														
Transmissão														
Outros intangíveis em curso		20.132	7.154	-	(89)	-	12.179	39.376	-	-	-	-	39.376	20.132
Administração														
Outros intangíveis em curso		101.666	39.902	-	(1.543)	-	-	140.025	-			-	140.025	101.666
Subtotal		121.798	47.056	-	(1.632)	-	12.179	179.401	-			-	179.401	121.798
Total do Ativo Intangível		598.150	47.056	-	(233)	-	83.447	728.420	(372.302)	(17.056)	(730)	(390.088)	338.332	225.848

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Obrigações especiais (Passivo)	Taxa média de amortização	Valor Bruto		Amortização acumulada			Valor líquido	
		31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	Amortização incorrida	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Transmissão - GTESA - NORFIL								
Terrenos 2230221* DIT		(504)	(504)	-	-	-	(504)	(504)
Edificações, obras civis e benfeitorias 2230221* DIT	3,35%	(1.911)	(1.911)	525	64	589	(1.322)	(1.386)
Máquinas e Equipamentos	3,78%	(11.828)	(11.828)	3.358	447	3.805	(8.023)	(8.470)
Outros - NVT 223021*		(101)	(101)	14	-	14	(87)	(87)
		(14.344)	(14.344)	3.897	511	4.408	(9.936)	(10.447)

	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	2023			2022
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	2,19%	7.334.256	(3.185.599)	4.148.657	2.577.790
Administração	5,65%	75.330	(24.928)	50.402	14.109
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3,28%	8.347	(5.021)	3.326	3.600
		7.417.933	(3.215.548)	4.202.385	2.595.499
Imobilizado em curso					
Transmissão		648.669	-	648.669	339.109
Administração		174.272	-	174.272	179.331
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		482	-	482	482
		823.423	-	823.423	518.922
Imobilizado		8.241.356	(3.215.548)	5.025.808	3.114.421
Intangível em serviço					
Transmissão	1,77%	469.660	(335.626)	134.034	69.957
Administração	13,26%	79.359	(54.462)	24.897	34.093
		549.019	(390.088)	158.931	104.050
Intangível em curso					
Transmissão		39.376	-	39.376	20.132
Administração		140.025	-	140.025	101.666
		179.401	-	179.401	121.798
Intangível		728.420	(390.088)	338.332	225.848
Obrigações especiais (passivo)					
Transmissão	3,79%	(24.521)	5.184	(19.337)	(20.236)
Obrigações especiais		(24.521)	5.184	(19.337)	(20.236)

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição das adições e (baixas) por tipo de gasto capitalizado	Material / equipamentos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Outros	Total
Imobilizado em Serviço				
Máquinas e Equipamentos	(1.765)	-	-	(1.765)
	(1.765)	-	-	(1.765)
Imobilizado em Curso				
Material em depósito	1.768	-	-	1.768
Adiantamento a fornecedores (*)	-	-	21.337	21.337
Terrenos	-	-	231	231
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	3.304	-	3.304
Máquinas e Equipamentos	107.717	-	-	107.717
Veículos	-	-	3.399	3.399
Móveis e utensílios	-	-	6.832	6.832
	109.485	3.304	31.799	144.588
Intangível em Curso				
Outros intangíveis em curso	-	-	47.056	47.056
Total do imobilizado e Intangível	107.720	3.304	78.855	189.879

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	259.257	213.387
PIS e COFINS a compensar	559	507
Impostos e contribuições retidos	3.027	6.962
Outros	5.247	3.410
Ativo circulante	268.090	224.266
IRPJ e CSLL correntes	10.681	-
PIS e COFINS	9.037	7.262
INSS e FGTS	2.416	4.458
ICMS	2.227	583
ISS	2.637	2.380
IRRF	5.121	3.020
Outros	393	324
Passivo circulante	32.512	18.027

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão compensados na apuração da carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os créditos fiscais referentes ao aproveitamento econômico do ágio de incorporação foram contabilizados de acordo as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01, substituídas pela Resolução CVM nº 78/22 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

	31/12/2023	31/12/2022
Crédito fiscal incorporado - ágio (i)	230.680	251.034
Diferenças temporárias (ii)	64.122	79.429
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	98.577	31.502
Ativo não circulante	393.379	361.965
Diferenças temporárias (ii)	(524.337)	(416.804)
Passivo não circulante	(524.337)	(416.804)
Saldo líquido	(130.958)	(54.839)

(i) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(ii) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas optantes pelo lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 31/12/2023	IRPJ e CSLL	
		31/12/2023	31/12/2022
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	89.928	30.576	17.935
Provisão para participação nos lucros	23.085	7.849	8.114
Provisão para fornecedores	29.336	9.974	15.720
Provisão para parcela variável	11.121	3.781	11.270
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	44.606	15.166	11.989
Instrumentos Financeiros - derivativos	(7.398)	(2.515)	6.418
Ajuste ao valor de mercado - dívida	21.623	7.352	7.084
Variação cambial - regime de caixa	(23.709)	(8.061)	899
Total do ativo		64.122	79.429
Instrumentos financeiros derivativos			
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(67.870)	(23.076)	(23.148)
Hedge de fluxo de caixa	64.532	21.941	(5.363)
Parcela da RAP não tributada devido ao efetivo recebimento	(1.538.829)	(523.202)	(388.293)
Total do passivo		(524.337)	(416.804)

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir a expectativa da Companhia para realização dos ativos diferidos:

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total
2024	24.722	34.098	16.065	74.885
2025	24.913	28.192	17.200	70.305
2026	26.555	1.832	17.483	45.870
2027 - 2029	89.995	-	22.105	112.100
Após 2030	64.495	-	25.724	90.219
Total	230.680	64.122	98.577	393.379

As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente registradas e divulgadas. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

10. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	31/12/2023	31/12/2022
Controladas				
ATE III ¹	-	-	-	479.958
SGT	10.457.000	100,00%	25.601	24.620
MAR	174.500.000	100,00%	162.199	157.646
MIR	277.940.000	100,00%	255.709	274.424
JAN ¹	225.145.100	100,00%	(71.169)	26.267
SAN	-	-	-	594.710
BRAS	191.052.000	100,00%	146.495	150.947
SJT	434.523.157	100,00%	346.893	356.574
SPT	537.235.007	100,00%	465.142	490.569
LNT	41.116.290	100,00%	42.907	40.821
ANT	675.001.000	100,00%	647.374	106.396
PTG	36.700.000	100,00%	35.683	8.798
TNG	93.001.000	100,00%	88.667	-
			2.145.501	2.711.730
Controladas em conjunto				
ETAU	34.895.364	75,62%	119.663	105.483
AIMORÉS	395.400.000	50,00%	167.493	195.133
PARAGUAÇU	620.000.000	50,00%	288.133	299.184
IVAÍ	315.000.000	50,00%	(55.414)	(42.516)
			519.875	557.284
Coligadas diretas²				
EATE	180.000.010	49,98%	198.222	306.851
EBTE	263.058.339	49,00%	116.209	110.315
ECTE	42.095.000	19,09%	21.658	17.114
ENTE	100.840.000	49,99%	199.743	222.570
ETEP	45.000.010	49,98%	42.553	32.355
ERTE	84.133.970	21,95%	57.194	63.595
EDTE	1.218.126	24,95%	(14.679)	(8.049)
TRANSUDESTE	30.000.000	49,00%	28.112	27.863
TRANSLESTE	49.569.000	49,00%	36.383	36.031
TRANSIRAPÉ	22.340.490	49,00%	8.718	6.113
			694.113	814.758
Total do investimento			3.359.489	4.083.772

¹Incorporação das controladas ATE III e SAN, em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

²Em 31 de dezembro de 2023, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possuía participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%.

Mutação dos Investimentos	31/12/2022	Aumento/redução de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Incorporação	31/12/2023
Controladas						
ATE III ¹	479.958	(103.269)	(61.377)	66.006	(381.318)	-
SGT	24.620	-	(3.536)	4.517	-	25.601
MAR	157.646	-	(4.693)	9.246	-	162.199
MIR	274.424	-	(83.827)	65.112	-	255.709
JAN	26.267	-	(175.887)	78.451	-	(71.169)
SAN ¹	594.710	73.000	-	27.191	(694.901)	-
BRAS	150.947	-	(11.596)	7.144	-	146.495
SJT	356.574	-	(25.039)	15.358	-	346.893
SPT	490.569	-	(50.573)	25.146	-	465.142
LNT	40.821	-	(3.540)	5.626	-	42.907
ANT	106.396	569.000	(26.849)	(1.173)	-	647.374
PTG	8.798	28.000	(1.322)	207	-	35.683
TNG	-	93.000	(5.830)	1.497	-	88.667
SIT ¹	-	920.000	-	29.594	(949.594)	-
	2.711.730	1.579.731	(454.069)	333.922	(2.025.813)	2.145.501

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Mutação dos Investimentos	31/12/2022	Aumento/redução de capital	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Incorporação	31/12/2023
Controladas em conjunto						
ETAU	105.483	-	(17.798)	31.978	-	119.663
AIMORÉS	195.133	-	(63.454)	35.814	-	167.493
PARAGUAÇU	299.184	-	(64.314)	53.263	-	288.133
IVAÍ	(42.516)	-	(23.201)	10.303	-	(55.414)
	557.284	-	(168.767)	131.358	-	519.875
Coligadas diretas						
EATE	306.851	-	(238.896)	130.267	-	198.222
EBTE	110.315	-	(4.502)	10.396	-	116.209
ECTE	17.114	-	(3.013)	7.557	-	21.658
ENTE	222.570	-	(79.322)	56.495	-	199.743
ETEP	32.355	-	(8.688)	18.886	-	42.553
ERTE	63.595	-	(3.175)	(3.226)	-	57.194
EDTE	(8.049)	-	(13.898)	7.268	-	(14.679)
TRANSUDESTE	27.863	-	(7.158)	7.407	-	28.112
TRANSESTE	36.031	-	(11.660)	12.012	-	36.383
TRANSIRAPÉ	6.113	-	(8.302)	10.907	-	8.718
	814.758	-	(378.614)	257.969	-	694.113
	4.083.772	1.579.731	(1.001.450)	723.249	(2.025.813)	3.359.489

¹Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

As mutações dos dividendos a receber são apresentadas na nota explicativa nº 11 – Partes relacionadas.

A data-base das demonstrações contábeis regulatórias das empresas investidas é 31 de dezembro de cada ano.

Demonstrações Contábeis regulatórias resumidas

A seguir encontram-se as demonstrações contábeis regulatórias demonstradas com base nas demonstrações financeiras regulatórias individuais das controladas em conjunto e coligadas.

Balço patrimonial	31/12/2023			31/12/2022		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Caixa e equivalentes de caixa	164.650	337.850	502.500	270.103	164.191	434.294
Clientes	45.258	41.076	86.334	-	-	-
Outros ativos circulantes	73.166	100.118	173.284	81.166	212.179	293.345
Ativos circulantes	283.074	479.044	762.118	351.269	376.370	727.639
Ativo Imobilizado e Intangível	3.142.813	1.663.712	4.806.525	-	-	-
Investimentos em participações societárias	-	587.820	587.820	-	-	-
Outros ativos não circulantes	328.609	40.289	368.898	3.221.354	2.394.286	5.615.640
Ativos não circulantes	3.471.422	2.291.821	5.763.243	3.221.354	2.394.286	5.615.640
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	91.100	568.897	659.997	216.345	144.654	360.999
Outros passivos circulantes	447.874	201.705	649.579	230.396	367.767	598.163
Passivos circulantes	538.974	770.602	1.309.576	446.741	512.421	959.162
Empréstimos, financiamentos, debêntures (ii)	2.176.816	1.495.357	3.672.173	2.047.055	1.643.756	3.690.811
Impostos e contribuições diferidos	34.507	2.038	36.545	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	87.604	31.159	118.763	99.891	16.121	116.012
Passivos não circulantes	2.298.927	1.528.554	3.827.481	2.146.946	1.659.877	3.806.823
Patrimônio líquido individual	916.595	471.709	1.388.304	978.936	598.358	1.577.294
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	488.127	211.549	699.676	508.768	277.537	786.305
Realização da mais valia alocada ao intangível da concessão, líquido de impostos	31.748	482.564	514.312	48.516	537.221	585.737
Investimento total da Taesa	519.875	694.113	1.213.988	557.284	814.758	1.372.042

Demonstração do resultado	31/12/2023			31/12/2022		
	Contr. em conjunto	Coligadas	Total	Contr. em conjunto	Coligadas	Total
Receita operacional líquida	626.066	956.860	1.582.926	183.415	939.856	1.123.271
Custos e despesas	(157.756)	(182.505)	(340.261)	(37.254)	(184.914)	(222.168)
Receitas financeiras	42.635	30.942	73.577	23.213	21.473	44.686
Despesas financeiras	(223.929)	(234.979)	(458.908)	(241.123)	(230.974)	(472.097)
Resultado financeiro	(181.294)	(204.037)	(385.331)	(217.910)	(209.501)	(427.411)
Equivalência patrimonial	-	162.004	162.004	-	154.811	154.811
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(23.624)	(55.176)	(78.800)	22.252	(45.709)	(23.457)
Resultado do exercício	263.392	677.146	940.538	(49.239)	654.503	605.264
Resultado do exercício - participação da Taesa	148.254	312.658	460.912	(18.088)	302.061	283.973
Realização da mais valia alocada ao intangível da concessão, líquido de impostos	(16.896)	(54.689)	(71.585)	(6.791)	(54.575)	(61.366)
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	131.358	257.969	389.327	(24.879)	247.486	222.607

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/12/2023	31/12/2022
IVAÍ	Itaú	dez-43	(a)	IPC-A + 4,9982%	2.267.916	2.259.998
ETAU	BNDES Giro	ago-23	(c)	TLP + 2,78%	-	2.293
Controladas em conjunto					2.267.916	2.262.291
EATE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	-	9.286
EATE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	286.235	287.341
EATE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	205.779	206.461
EATE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,9%	111.699	111.888
EATE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 1,9%	309.298	-
ECTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	52.992	53.175
ECTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	60.144	68.226
ECTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.413	51.568
ECTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	60.894	60.988
EDTE	Santander	dez-28	(d)	IPCA + 5,29%	402.623	393.142
ENTE	Bradesco	jul-24	(a)	108,6% do CDI	52.991	53.171
ENTE	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	77.173	102.981
ENTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 2,9%	30.412	30.450
ENTE	Votorantim	dez-28	(a)	CDI + 2,9%	49.817	-
ETEP	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	-	5.519
ETEP	Santander	jul-25	(a)	CDI + 2,9%	69.455	92.681
ETEP	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.414	51.568
ETEP	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	35.492	35.540
EBTE	Bradesco	jun-23	(a)	112% do CDI	-	11.020
EBTE	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.414	51.568
EBTE	Itaú	mai-27	(a)	CDI + 1,8%	45.653	45.719
TRANSLESTE	BDMG	fev-25	(e)	9,50%	2.887	5.361
TRANSLESTE	BNB	mar-25	(e)	9,50%	883	1.648
TRANSIRAPÉ	Itaú	abr-26	(a)	CDI + 1,9%	51.416	51.572
TRANSIRAPÉ	BDMG	abr-26	(b)	TJLP + 6,5%	1.364	1.929
TRANSIRAPÉ	BDMG	jan-24	(b)	3,50%	199	2.585
TRANSIRAPÉ	BDMG	out-29	(b)	TJLP + 3,5%	2.607	3.024
Coligadas diretas e indiretas					2.064.254	1.788.411
					4.332.170	4.050.702

(a) Sem garantias; (b) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia; (c) Fiança da Taesa em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional à sua participação acionária; (d) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da Taesa de 49,99% do montante total; (e) Penhor de ações pela Transminas Holding S.A., penhor de direitos emergentes do contrato de concessão e constituição de fundo de liquidez dos juros das parcelas vincendas no semestre acrescidas dos encargos.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros), incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos.

Dívida	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
1ª emissão de debêntures - Ivaí	Fluxo de Caixa Operacional/Serviço da Dívida	Igual ou maior que 1,30	Anual
2ª emissão de debêntures - EDTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 3,75	Anual
1ª emissão de debêntures - ESTE	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida	Igual ou menor que 4,50	Anual
7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissões de debêntures - EATE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$1.945.425 para 7ª emissão, R\$1.961.315 para a 8ª emissão, R\$1.946.119 para as 9ª, 10ª e 11ª emissões	N/A	Semestral
5ª, 6ª e 7ª emissões de debêntures - ECTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$338.256 para a 5ª emissão e R\$338.302 para as 6ª e 7ª emissões	N/A	Semestral
4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures - ENTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$840.242 para as 4ª, 5ª e 6ª emissões	N/A	Semestral
4ª e 5ª emissões de debêntures - ETEP	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$285.116 para as 4ª e 5ª emissões	N/A	Semestral
2ª e 3ª emissões de debêntures - EBTE	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$225.416	N/A	Semestral
3ª emissão de debêntures - Transirapé	Dívida total menos caixa e equivalentes limitado ao valor de R\$163.899	N/A	Semestral
Contrato BDMG-FINEM - Transirapé	Índice de capital próprio e índice de cobertura do serviço da dívida	ICP acima de 25% e o ICSD acima de 1,20x	Anual

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas da Taesa.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(ii) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis, e passivos contingentes

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Paraguaçu	3.409	2.626	22.791	1.938
Aimorés	1.877	1.732	11.270	231
ETAU	121	257	118	111
Controladas em conjunto	5.407	4.615	34.179	2.280
EATE	226	234	5.771	5.100
EBTE	-	-	271	553
ENTE	600	600	-	196
Transleste	-	40	222	-
Transudeste	-	40	-	-
Transirapé	-	40	-	-
Coligadas diretas	826	954	6.264	5.849
	6.233	5.569	40.443	8.129

(iii) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2023-2024			Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022		
	Resolução 3.216 de 04/07/2023			Resolução 3.067 de 12/07/2022			Resolução 2.959 de 05/10/2021 (i)		
	Período: de 01/07/2023 a 30/06/2024			Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU (ii)	54.649	2.463	57.112	57.205	1.838	59.043	51.665	2.274	53.939
Aimorés (iii)	99.388	(3.492)	95.896	95.624	(123)	95.501	-	-	-
Paraguaçu (iv)	148.340	(14.815)	133.525	142.723	-	142.723	-	-	-
Ivaí (viii)	375.853	(13.242)	362.611	361.620	-	361.620	-	-	-
ENTE	195.118	(3.995)	191.123	204.243	(6.387)	197.856	184.456	(5.262)	179.194
EATE (v)	379.022	(7.483)	371.539	396.748	(11.503)	385.245	358.143	(11.526)	346.617
EBTE (vii)	63.000	(604)	62.396	59.063	(3.313)	55.750	54.250	(1.229)	53.021
ECTE	82.385	(1.645)	80.740	86.238	(2.628)	83.610	77.886	(2.587)	75.299
ETEP	85.221	(1.501)	83.720	89.207	(2.267)	86.940	80.563	(2.620)	77.943
ERTE	44.425	(17.471)	26.954	46.503	(18.685)	27.818	41.999	(17.292)	24.707
STC	36.318	(929)	35.389	43.268	(1.605)	41.663	52.396	(1.265)	51.131
Lumitrans	23.094	(663)	22.431	30.338	(1.521)	28.817	43.634	(1.487)	42.147
ESTE (vi)	140.527	(3.756)	136.771	17.520	(312)	17.208	15.680	(220)	15.460
ESDE	18.209	(465)	17.744	32.982	201	33.183	25.408	(214)	25.194
ETSE (vii)	34.491	222	34.713	135.205	(1.110)	134.095	-	-	-
EDTE (v)	86.938	(2.895)	84.043	83.645	(2.534)	81.111	76.120	(2.579)	73.541
Transirapé (vii)	42.670	2.003	44.673	44.665	1.564	46.229	54.365	(3.090)	51.275
Transleste	35.351	(878)	34.473	37.004	(1.280)	35.724	33.421	(1.626)	31.795
Transudeste	21.911	(444)	21.467	22.936	(1.167)	21.769	34.154	(1.387)	32.767
TOTAL	1.966.910	(69.590)	1.897.320	1.986.737	(50.832)	1.935.905	1.184.140	(50.110)	1.134.030

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021. (ii) O valor da RAP do ciclo 2020-2021 da concessão ETAU foi alterada pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou o recurso administrativo interposto pela concessionária em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças foram recebidas no ciclo 2021-2022. (iii) A concessão Aimorés entrou em operação comercial em 06 de maio de 2022. (iv) A concessão Paraguaçu entrou em operação comercial em 27 de julho de 2022. (v) Os valores RAP das concessões EATE e EDTE do ciclo 2020-2021, foram ajustadas de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020. (vi) O ONS autorizou a concessão ESTE a receber receita a partir de 09 de fevereiro de 2022. (vii) A Resolução Homologatória nº 3.067, de 12 de julho de 2022, foi alterada pelo Despacho nº 848, de março de 2023, que julgou os recursos administrativos apresentados pelas transmissoras. Como o resultado, as concessões EBTE, ETSE e TRANSIRAPÉ tiveram suas PAs ajustadas. (viii) O empreendimento Ivaí foi totalmente concluído, conforme detalhado na nota explicativa nº 23.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
<u>Transações entre a Taesa e sua controladora</u>					
1	CRCP x Receitas - Contrato de Prestação de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica ("CPST") - CEMIG	Os valores são definidos pelo ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	Correção anual pelo IPCA ou IGP-M, conforme atualização da RAP.	Não Aplicável.
<u>Transações entre a Taesa e controladas em conjunto</u>					
2	OCR x Outras Receitas - O&M - ETAU (SC)	R\$14 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista à contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
3	OCR x Outras Receitas - O&M - ETAU (RS)	R\$19 Valor mensal	23/12/2021 a 23/12/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista à contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
4	OCR x Outras Receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - ETAU	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	Atualização anual pelo IGP-M.	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso o valor do rateio supere o montante anual de R\$ 2.386, a contratante poderá requerer a revisão.
5	OCR x Outras Receitas - O&M - Aimorés	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021. O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista à contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
6	OCR x Outras Receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Aimorés	N/A	10/02/2022 a 10/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização por meio de termo aditivo.
7	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - Paraguai	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021. Não houve.
8	OCR x Outras Receitas - O&M - Paraguai	R\$24 Valor mensal	16/02/2022 a 16/02/2027	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista à contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
9	OCR x Outras Receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - Paraguai	N/A	10/02/2022 a 10/02/2027	Atualização anual pelo IPCA.	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização por meio de termo aditivo.
<u>Transações entre a Taesa e sua coligada</u>					
10	OCR x Disponibilidades - Taxa de Conservação de CCI - EDTE	R\$6 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão.	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora 12% a.a. / atualização anual pelo IPCA.	Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021. Não houve.
<u>Transações entre a Taesa e suas controladas</u>					
11	OCR x Outras Receitas - Compartilhamento de Infraestrutura e RH - controladas	N/A	01/12/2021 até 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através do critério de rateio e alocação usa o ativo imobilizado da contratante como base. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
					formalização por meio de termo aditivo. Anuído previamente pela ANEEL por meio do despacho nº 2.320 de 02 de agosto de 2021.
12	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - Brasnorte	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
13	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - Brasnorte	R\$95 Valor mensal	19/10/2021 a 19/10/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
14	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - ATE III	R\$95 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
15	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - Miracema	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
16	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - Miracema	R\$73 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
17	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - Janaúba	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve
18	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - Janaúba	R\$51 Valor mensal	27/08/2021 a 27/08/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
19	OCR x Disponibilidades - Contrato de compartilhamento de infraestrutura (CCI) - Janaúba	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.
20	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - Sant'Ana	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
21	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - Sant'Ana	R\$62 Valor mensal	27/11/2022 a 27/11/2027	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
22	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - SJT	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve
23	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - SJT	R\$25 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
24	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - SPT	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
25	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - SPT	R\$193 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
26	OCR x Outras Receitas - Serviços de O&M - LNT	R\$47 Valor mensal	01/12/2021 a 01/12/2026	Multa de 2% sobre o valor em atraso mais juros de mora de 1% a.m. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação sem que assista a contratada direito a ressarcimento ou indenização (condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.
27	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - ANT	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
28	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - PTG	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
29	OCR x Disponibilidades - Reembolso de Despesas - TNG	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora					
1	CPST - TAESA X CEMIG	286	8.065	91.157	96.356
Transações com controladas em conjunto					
2	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (SC)	-	16	188	188
3	Serviços de O&M - Taesa x ETAU (RS)	-	21	252	147
4	Compartilhamento de Infra. e RH - Taesa x ETAU	165	160	2.505	1.747
5	Serviços de O&M - Taesa x Aimorés	-	27	325	392
6	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Aimorés	270	121	2.066	1.024
7	Reembolso de despesas - Taesa x Paraguaçu	-	25	-	-
8	Serviços de O&M - Taesa x Paraguaçu	-	27	329	325
9	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Paraguaçu	474	198	3.549	1.013
Transações com coligada					
10	CCI - Taesa x EDTE	8	7	93	88
Transações com controladas					
12	Reembolso de despesas Taesa x Brasnorte	2	13	-	-
13	Serviços de O&M - Taesa x Brasnorte	-	101	1.217	1.217
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Brasnorte	205	153	2.511	2.115
14	Serviços de O&M - Taesa x ATE III	-	104	-	1.244
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x ATE III	-	463	-	6.165
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x São Gotardo	19	14	213	171
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Mariana	81	60	930	721
15	Reembolso de despesas Taesa x Miracema	6	-	-	-
16	Serviços de O&M - Taesa x Miracema	-	80	957	957
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Miracema	123	92	1.501	1.271
17	Reembolso de despesas Taesa x Janaúba	10	-	-	-
18	Serviços de O&M - Taesa x Janaúba	-	54	642	642
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Janaúba	416	307	5.009	4.247
20	Reembolso de despesas Taesa x Sant'Ana	-	94	-	-
21	Serviços de O&M - Taesa x Sant'Ana	-	213	-	213
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Sant'Ana	-	208	-	2.572
22	Reembolso de despesas Taesa x São João	1	46	-	-
23	Serviços de O&M - Taesa x São João	-	28	335	335
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x São João	196	147	2.355	1.954
24	Reembolso de despesas Taesa x São Pedro	2	16	-	-
25	Serviços de O&M - Taesa x São Pedro	-	211	2.537	2.537
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x São Pedro	236	176	2.856	2.391
26	Serviços de O&M - Taesa x Lagoa Nova	-	52	622	622
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Lagoa Nova	44	33	564	516
27	Reembolso de despesas Taesa x Ananai	175	-	-	-
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Ananai	357	33	4.321	301
28	Reembolso de despesas Taesa x Pitiguari	44	-	-	-
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Pitiguari	19	2	218	8
29	Reembolso de despesas Taesa x Tangará	201	-	-	-
11	Serviços de Compartilhamento de Infra e RH - Taesa x Tangará	31	-	279	-
		3.371	11.367	127.531	131.479

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre a TAESA e sua controladora					
1	OCP X Investimento - Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - CEMIG	Parcela única de R\$ 12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Variação acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017.	Não houve.
Transações entre a TAESA e controladas em conjunto					
2	OCP x Obrigações - Reembolso de Despesas - ETAU	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
Transações entre a TAESA e empresas ligadas					
3	OCP x Serviços Prestados - Serviços de "Data Center" - Ativas	R\$ 47 valor mensal	29/09/2020 a 29/09/2023	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.
4	OCP x Custo e Despesa com Pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Não houve.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais. Para o exercício de 2022 definiu-se a taxa de administração de 0,30% (trinta centésimos por cento). A vigência do custeio dar-se-á a partir de 1º de abril de 2022.
5	OCP x Serviços Prestados - Telecomunicações - Taesa - INTERNEXA	R\$ 3 valor mensal	30/08/2020 a 30/08/2021	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato foi encerrado.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção, e outras informações relevantes
Transações entre TAESA e suas controladas					
6	OCP x Obrigações - Reembolso de Despesas - ATE III	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
7	OCP x Obrigações - Reembolso de Despesas - Janaúba	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
8	OCP x Obrigações - Reembolso de Despesas - Sant'Ana	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
9	OCP x Obrigações - Reembolso de Despesas - SPT	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
10	OCP x Obrigações - Reembolso de Despesas - Ananai	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custo e Despesa	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	<u>Transações com controladora</u>				
1	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - Taesa X CEMIG	19.901	12.883	7.018	-
	<u>Transação com controlada em conjunto</u>				
2	Reembolso de Despesas Taesa x ETAU	-	2	-	-
	<u>Transações com empresas ligadas</u>				
3	Data Center - Taesa x Ativas	-	53	-	304
4	Previdência privada - Taesa x Forluz – Custo	-	-	957	941
4	Previdência privada - Taesa x Forluz – Despesa	-	-	2.982	2.574
5	Taesa x INTERNEXA - Telecomunicações	-	-	-	31
	<u>Transações com controladas</u>				
6	Reembolso de Despesas Taesa x ATE III	-	4.124	-	-
7	Reembolso de Despesas Taesa x Janaúba	-	6	-	-
8	Reembolso de Despesas Taesa x Sant'Ana	-	18	-	-
9	Reembolso de Despesas Taesa x São Pedro	2	13	-	-
10	Reembolso de Despesas Taesa x Ananai	6	-	-	-
		19.909	17.099	10.957	3.850

II- Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos a receber	31/12/2022	Adição (a)	Recebimento	31/12/2023
Controladas em conjunto e coligadas				
ETAU	326	17.798	(18.124)	-
AIMORÉS	15.987	63.454	(69.799)	9.642
PARAGUAÇU	19.583	64.314	(69.500)	14.397
IVAÍ	-	23.201	-	23.201
EATE	49.817	238.896	(270.212)	18.501
EBTE	4.110	4.502	(4.600)	4.012
ECTE	5.105	3.013	(6.188)	1.930
ENTE	16.620	79.322	(95.942)	-
ERTE	1.215	3.175	(4.390)	-
ETEP	4.145	8.688	(10.396)	2.437
EDTE	2.194	13.898	(12.850)	3.242
TRANSESTE	3.601	11.660	(13.034)	2.227
TRANSIRAPÉ	3.300	8.302	(10.779)	823
TRANSUDESTE	2.078	7.158	(7.838)	1.398
Subtotal	128.081	547.381	(593.652)	81.810
Controladas				
ATE III	-	61.377	(61.377)	-
BRAS	19.111	11.596	(16.692)	14.015
SGT	1.678	3.536	(3.678)	1.536
MAR	11.453	4.693	(13.453)	2.693
MIR	-	83.827	(68.386)	15.441
JAN	25.787	175.887	(170.100)	31.574
SJT	22.790	25.039	(38.200)	9.629
SPT	16.343	50.573	(53.797)	13.119
LNT	2.400	3.540	(2.400)	3.540
ANT	-	26.849	-	26.849
PGT	-	1.322	-	1.322
TNG	-	5.830	-	5.830
Total	227.643	1.001.450	(1.021.735)	207.358

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Dividendos a receber	31/12/2021	Adição (a)	Recebimento	31/12/2022
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	206	14.603	(14.483)	326
AIMORÉS	-	15.987	-	15.987
PARAGUAÇU	-	19.583	-	19.583
EATE	-	249.247	(199.430)	49.817
EBTE	-	17.080	(12.970)	4.110
ECTE	-	18.974	(13.869)	5.105
ENTE	2	106.598	(89.980)	16.620
ERTE	-	4.397	(3.182)	1.215
ETEP	-	34.886	(30.741)	4.145
EDTE	-	14.668	(12.474)	2.194
TRANSLESTE	-	7.899	(4.298)	3.601
TRANSIRAPÉ	-	12.611	(9.311)	3.300
TRANSUDESTE	-	7.223	(5.145)	2.078
Subtotal	208	523.756	(395.883)	128.081
<i>Controladas</i>				
ATE III	-	45.457	(45.457)	-
BRAS	2.147	19.110	(2.146)	19.111
SGT (b)	37.421	(34.029)	(1.714)	1.678
MAR	11.400	13.752	(13.699)	11.453
MIR	21.161	30.862	(52.023)	-
JAN (c)	357.375	(215.570)	(116.018)	25.787
SAN (c)	6.387	(6.387)	-	-
SJT	3.086	48.586	(28.882)	22.790
SPT	-	43.347	(27.004)	16.343
LNT (b)	7.360	(4.960)	-	2.400
Total	446.545	463.924	(682.826)	227.643

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados e intercalares. (b) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 11 de maio de 2022 da controlada. (c) Reversão de dividendos aprovada na AGO de 29 de abril de 2022 da controlada.

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2022			Adição (a)		Pagamento		31/12/2023		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	3.876	-	3.876	117.436	62.006	(87.387)	(62.006)	33.925	-	33.925
Cemig	5.646	-	5.646	171.079	90.328	(127.304)	(90.328)	49.421	-	49.421
Não Controladores	16.565	18	16.583	500.755	264.394	(372.609)	(264.386)	144.711	26	144.737
	26.087	18	26.105	789.270	416.728	(587.300)	(416.720)	228.057	26	228.083

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2021			Adição (a)		Pagamento		31/12/2022		
	Divi-dendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Divi-dendos	JCP	Total
<i>Consolidado e Controladora</i>										
ISA	21.874	-	21.874	170.618	60.224	(188.616)	(60.224)	3.876	-	3.876
Cemig	31.866	-	31.866	248.551	87.732	(274.771)	(87.732)	5.646	-	5.646
Não Controladores	93.293	15	93.308	727.519	256.797	(804.247)	(256.794)	16.565	18	16.583
	147.033	15	147.048	1.146.688	404.753	(1.267.634)	(404.750)	26.087	18	26.105

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados, intercalares, intermediários e aos juros sobre capital próprio. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

Aprovação de dividendos e JCP	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares	2023	27/12/2023	CA	16/01/2024	228.003	0,22061	0,22061
Dividendos intercalares	2023	08/11/2023	CA	15/12/2023	4.075	0,00394	0,00394
Dividendos intercalares	2023	02/08/2023	CA	29/08/2023	97.192	0,09404	0,09404
Dividendos intercalares	2022	05/01/2023	CA	23/01/2023	460.000	0,44509	0,44509
					789.270		
Juros sobre capital próprio	2023	08/11/2023	CA	15/12/2023	200.480	0,19398	0,19398
Juros sobre capital próprio	2023	02/08/2023	CA	29/08/2023	216.248	0,20924	0,20924
					416.728		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2022	27/04/2023	AGO	29/08/2023	26.048	0,02520	0,02520
					26.048		
Dividendos intermediários	2017	09/11/2022	CA	05/12/2022	113.400	0,10972	0,10972
Dividendos intercalares	2022	09/11/2022	CA	05/12/2022	45.159	0,04370	0,04370
Dividendos intercalares	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	308.799	0,29879	0,29879
Dividendos adicionais propostos	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	653.282	0,63211	0,63211
					1.120.640		
Juros sobre capital próprio	2022	09/11/2022	CA	05/12/2022	206.819	0,20012	0,20012
Juros sobre capital próprio	2022	10/08/2022	CA	26/08/2022	197.934	0,19152	0,19152
					404.753		
Dividendos obrigatórios remanescentes	2021	28/04/2022	AGO	31/05/2022	147.011	0,14225	0,14225
					147.011		

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

III - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - Classificadas no Resultado – despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	31/12/2023		31/12/2022	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	68%	32%	58%	42%

(*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: participação nos lucros e resultados, cessação do cargo e indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Média de membros remunerados durante o período (*)	10,42	11,17	5	5	4,92	4.92
Remuneração fixa (**)	2.893	2.880	9.078	8.460	786	745
Salário ou pró-labore	2.572	2.525	6.780	6.252	655	621
Benefícios diretos e indiretos	-	-	942	958	-	-
Encargos	321	355	1.356	1.250	131	124
Remuneração variável	-	-	4.249	6.083	-	-
Participação nos resultados	-	-	4.249	6.083	-	-
Valor total da remuneração	2.893	2.880	13.327	14.543	786	745

(*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abdicaram da remuneração. (**) O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Número de membros efetivos	10,42	11,17	5	5	4.92	4.92
Número de membros suplentes	-	-	-	-	-	-
Maior remuneração individual no período (mensal)	25	23	319	364	14	13
Menor remuneração individual no período (mensal)	20	18	186	203	12	9
Remuneração individual média no período (mensal) (*)	24	23	222	242	14	12

(*) O valor foi calculado pela média dos membros remunerados.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

12.1. Empréstimos e financiamentos

Financiador	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimento final	
Moeda estrangeira-US\$ ⁽¹⁾						
Citibank - set/22	Taesa	22/09/2022	Lei 4.131/62	362.600	26/09/2025	Sofr + 0,44% a.a.
Moeda nacional-R\$ ⁽²⁾						
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
Controladora						
Circulante						
Não circulante						

1 Empréstimo mensurado ao valor justo. 2 Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	378.739	569.721
(+) Nova Captação	-	362.600
(+) Juros e variação cambial	(3.397)	(31.879)
(-) Ajuste ao valor justo	787	2.617
(-) Amortização de principal	(1.957)	(517.157)
(-) Juros pagos	(21.278)	(7.163)
Saldo final	352.894	378.739

Abertura do Endividamento - R\$Mil	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Instituição/Linha Credora									
Financ. / Emprést. Moeda Nacional									
BNDES - Finame Patesa - Alstom	-	36	-	36	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	Mensal	SAC
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira									
Citibank 4131 - B	5.237	924	346.697	352.858	26/09/2025	Semestral	26/09/2025	Semestral	Bullet (final)
Total das dívidas	5.237	960	346.697	352.894					

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo	Indexador	Circulante	Não Circulante	Total
		2024	2025	
<u>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</u>				
BNDES - Finame Patesa - Alstom	Taxa fixa	36	-	36
<u>Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira</u>				
Citibank 4131 - B	Sofr + Dólar	6.161	346.697	352.858
		6.197	346.697	352.894

Liquidação e nova contratação de empréstimo com o Citibank - Em 22 de setembro de 2022, a Companhia liquidou antecipadamente o Credit Agreement, assinado em 7 de abril de 2014, e aditado em 11 de maio de 2018, 7 de abril de 2017 e em 29 de março de 2016, com o Citibank, N.A., com a taxa de juros Libor 3 meses + 0,34% a.a., vencimento em 10 de maio de 2023. Nesta mesma data, a Companhia contratou um novo Credit Agreement com vencimento em 26 de setembro de 2025, com taxa de juros Sofr + 0,44% a.a. e um novo swap cambial junto ao Citibank, conforme a seguir:

Citibank - Loan 4.131	Dívida Citibank - 22/09/2022	"Swap" cambial Citibank - 22/09/2022
Montante	USD 70.000	R\$362.000 ²
Vencimento	26/09/2025	26/09/2025
Custo da Dívida	(Sofr + Spread: 0,44% a.a.)	Ponta ativa Companhia: (Sofr + Spread: 0,44% a.a.) * 1,17647 ¹ Ponta passiva Citiank: CDI + 0,65% a.a.
Juros	Semestral	Semestral
Amortização ³	Bullet	Bullet

¹ O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

² Valores convertidos para real (R\$) com base na paridade inicial da operação R\$/US\$: 5,18.

³ Regime de amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo.

Com essa liquidação e a nova contratação de empréstimo, a Companhia alongou o prazo médio da sua dívida ao mesmo tempo em que manteve o custo equivalente de 106% a.a. do CDI, com a taxa contratada de CDI + 0,65% a.a.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros) durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de dezembro de 2023, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à dívida com Citibank, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 17.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.2. Debêntures

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/12/2023				31/12/2022			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Moeda nacional-R\$												
Itaú BBA - 3ª Emissão 3ª Série (*) – Taesa	702.000	Juros em 15/10 de cada ano e amortização em 4 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/10/2021.	IPCA + 5,10%	15/10/2012 15/10/2024	(159)	335.465	3.394	338.700	(371)	640.776	6.610	647.015
Itaú BBA/BB/Santander - 4ª Emissão 1ª Série – Taesa	255.000	Juros em 15/09 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/09/2023.	IPCA + 4,41%	15/09/2017 15/09/2024	(131)	176.991	2.195	179.055	(674)	338.402	4.315	342.043
BB/Safrá/Bradesco - 5ª Emissão Série única – Taesa	525.772	Juros em 15/07 de cada ano e amortização em 2 parcelas anuais, sendo o 1º venc. em 15/07/2024.	IPCA + 5,9526%	15/07/2018 15/07/2025	(1.616)	702.959	18.796	720.139	(3.981)	672.019	18.286	686.324
Santander-ABC-BB - 6ª Emissão 1ª Série – Taesa	850.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2026.	108% do CDI (**)	15/05/2019 15/05/2026	(7.597)	850.000	12.458	854.861	(8.356)	850.000	15.047	856.691
Santander/ABC/BB - 6ª Emissão 2ª Série – Taesa	210.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/05/2023.	IPCA + 5,50%	15/05/2019 15/05/2044	(7.597)	270.893	1.790	265.086	(8.355)	259.999	1.829	253.473
BTG/Santander/XP Investimentos - 7ª Emissão Série única – Taesa	508.960	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/09/2025.	IPCA + 4,50%	15/09/2019 15/09/2044	(22.939)	656.385	131.717	765.163	(24.977)	627.471	93.849	696.343
Santander - 8ª Emissão Série única – Taesa	300.000	Juros em 15/06 e 15/12 de cada ano e amortização semestral, sendo o 1º venc. em 15/12/2022.	IPCA +4,7742%	15/12/2019 15/12/2039	(14.878)	394.100	730	379.952	(16.325)	387.515	861	372.051
Santander - 10ª Emissão 1ª Série – Taesa	650.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização única em 15/05/2028.	CDI + 1,70%	15/05/2021 15/05/2028	(3.963)	650.000	10.140	656.177	(4.435)	650.000	12.064	657.629
Santander - 10ª Emissão 2ª Série – Taesa	100.000	Juros em 15/11 e 15/05 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/05/2034.	IPCA + 4,7605%	15/05/2021 15/05/2036	(3.963)	118.491	680	115.208	(4.435)	113.158	691	109.414
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11ª emissão 1ª Série – Taesa	150.000	Juros em 15/07 e 15/01 de cada ano e amortização nos 2º e 3º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2024.	CDI + 1,18%	15/01/2022 15/01/2025	(626)	150.000	9.180	158.554	(1.022)	150.000	9.923	158.901
Santander-Itaú-BTG-Bradesco-BB - 11ª emissão 2ª Série – Taesa	650.000	Juros em 15/07 e 15/01de cada ano e amortização nos 3º, 4º e 5º anos, sendo o 1º venc. em 15/01/2025.	CDI + 1,36%	15/01/2022 15/01/2027	(626)	650.000	40.333	689.707	(1.022)	650.000	43.566	692.544

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Emissões	Quantidade	Eventos de Pagamentos	Remuneração	Emissão Vencimento	31/12/2023				31/12/2022			
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	Total
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 1ª Série - Taesa	630.783	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização em 15/04/2029.	IPCA + 5,60%	15/04/2022 15/01/2029	(13.511)	667.999	7.407	661.895	(14.947)	638.572	7.222	630.847
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 2ª Série - Taesa	300.410	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 8º, 9º e 10º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,75%	15/04/2022 15/01/2032	(13.511)	318.134	3.620	308.243	(14.947)	304.119	3.529	292.701
Santander-Itaú-XP-BB 12ª emissão 3ª Série - Taesa	318.807	Juros em 15/10 e 15/04 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/04/2030.	IPCA + 5,85%	15/04/2022 15/01/2037	(13.511)	337.616	3.907	328.012	(14.947)	322.743	3.809	311.605
Santander-Itaú-XP - BB 13ª emissão - Taesa	1.000.000	Juros em 17/08 e 17/02 de cada ano e amortização bullet em 17/02/2025.	CDI + 1,50%	17/02/2023 17/02/2025	(2.913)	1.000.000	49.133	1.046.220	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 1ª Série - Taesa	327.835	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/09/2033.	IPCA + 5,8741%	15/09/2023 15/09/2033	(12.751)	330.493	4.750	322.492	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 2ª Série - Taesa	86.261	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização em 15/09/2035.	IPCA + 6,0653%	15/09/2023 15/09/2035	(12.751)	86.960	1.290	75.499	-	-	-	-
Santander-Itaú-XP - Safra 14ª emissão 3ª Série - Taesa	385.904	Juros em 15/03 e 15/09 de cada ano e amortização nos 13º, 14º e 15º anos, sendo o 1º venc. em 15/09/2036.	IPCA + 6,2709%	15/09/2023 15/09/2038	(12.751)	389.033	5.961	382.243	-	-	-	-
Controladora					(145.794)	8.085.519	307.481	8.247.206	(118.794)	6.604.774	221.601	6.707.581
Circulante								1.122.333				607.452
Não circulante								7.124.873				6.100.129

Abertura do Endividamento - R\$Mil	Remuneração	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Instituição/Linha Credora										
<u>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</u>										
Itaú BBA/BB/Santander - Debêntures (4ª emissão)	IPCA + 4,41%	2.196	176.859	-	179.055	15/09/2024	Anual	15/09/2024	Anual	SAC
Itaú BBA - Debêntures (3ª emissão) ¹	IPCA + 5,10%	3.394	335.306	-	338.700	15/10/2024	Anual	15/10/2024	Anual	SAC
BB/Safra/Bradesco - Debêntures (5ª emissão)	IPCA + 5,9526%	18.796	350.102	351.241	720.139	17/07/2024	Anual	15/07/2024	Anual	SAC
Santander/ABC/BB - Debêntures 1ª Série (6ª Emissão)	108% do CDI ²	12.454	(725)	843.127	854.856	15/05/2024	Semestral	15/05/2026	Anual	Bullet (final)
Santander/ABC/BB - Debêntures 2ª Série (6ª Emissão)	IPCA + 5,50%	1.790	637	262.659	265.086	15/05/2024	Semestral	15/05/2024	Semestral	SAC

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Abertura do Endividamento - R\$Mil	Remune- ração	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Instituição/Linha Credora										
BTG/Santander/XP Investimentos - Debêntures (7ª emissão)	IPCA + 4,50%	-	-	765.163	765.163	15/09/2025	Semestral	15/09/2025	Semestral	SAC
Santander - Debêntures (8ª emissão)	IPCA + 4,7742%	730	20.966	358.256	379.952	17/06/2024	Semestral	17/06/2024	Semestral	SAC
Santander - Debêntures 1ª Série (10ª Emissão)	CDI + 1,70%	10.140	(471)	646.508	656.177	15/05/2024	Semestral	15/05/2028	Anual	Bullet (final)
Santander - Debêntures 2ª Série (10ª Emissão)	IPCA + 4,7605%	680	(471)	114.999	115.208	15/05/2024	Semestral	15/05/2034	Anual	SAC
Santander/Itaú/BTG/Bradesco/BB - Debêntures 1ª Série (11ª emissão)	CDI + 1,18%	9.180	74.664	74.711	158.555	15/01/2024	Semestral	15/01/2024	Anual	SAC
Santander/Itaú/BTG/Bradesco/BB - Debêntures 2ª Série (11ª emissão)	CDI + 1,36%	40.338	(336)	649.711	689.713	15/01/2024	Semestral	15/01/2025	Anual	SAC
Santander/Itaú/XP/BB - Debêntures 1ª Série (12ª emissão)	IPCA + 5,60%	7.407	(1.448)	655.935	661.894	15/04/2024	Semestral	16/04/2029	Anual	Bullet (final)
Santander/Itaú/XP/BB - Debêntures 2ª Série (12ª emissão)	IPCA + 5,75%	3.620	(1.448)	306.070	308.242	15/04/2024	Semestral	15/04/1930	Anual	SAC
Santander/Itaú/XP/BB - Debêntures 3ª Série (12ª emissão)	IPCA + 5,85%	3.907	(1.448)	325.553	328.012	15/04/2024	Semestral	16/04/1935	Anual	SAC
Santander/Itaú/XP/BB - Debêntures (13ª emissão)	CDI + 1,50%	49.133	(2.497)	999.584	1.046.220	19/02/2024	Semestral	17/02/2025	Anual	Bullet (final)
Santander/Itaú/XP/Saфра - Debêntures 1ª Série (14ª emissão)	IPCA + 5,8741%	4.750	(1.041)	318.783	322.492	15/03/2024	Semestral	15/09/1933	Anual	Bullet (final)
Santander/Itaú/XP/Saфра - Debêntures 2ª Série (14ª emissão)	IPCA + 6,0653%	1.290	(1.041)	75.250	75.499	15/03/2024	Semestral	15/09/2035	Anual	Bullet (final)
Santander/Itaú/XP/Saфра - Debêntures 3ª Série (14ª emissão)	IPCA + 6,2709%	5.961	(1.041)	377.323	382.243	15/03/2024	Semestral	15/09/2036	Anual	SAC
		175.766	946.567	7.124.873	8.247.206					

¹Instrumentos negociados no mercado secundário, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações e estão apresentados na nota explicativa nº 17. ²Os derivativos contratados como instrumentos de proteção no montante de R\$400.00 referente à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas.

Movimentação das debêntures	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	6.707.581	5.167.673
(+) Novas emissões	1.800.000	2.050.000
(+) Juros e variação monetária incorridos	886.488	729.130
(-) Pagamento de principal	(521.291)	(767.011)
(-) Pagamento de juros	(598.571)	(435.363)
(-) Custo de transação (Novas emissões)	(44.321)	(50.504)
(+) Amortização do custo de emissão	17.320	13.656
Saldo final	8.247.206	6.707.581

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante					Total
		2025	2026	2027	Após 2027	Subtotal	
CDI	196.245	1.291.666	1.066.667	216.667	250.000	2.825.000	3.021.245
IPCA	941.813	513.862	39.257	40.107	3.836.368	4.429.594	5.371.407
(-) Custos de emissão a amortizar	(15.725)	(16.242)	(13.072)	(12.667)	(87.740)	(129.721)	(145.446)
	1.122.333	1.789.286	1.092.852	244.107	3.998.628	7.124.873	8.247.206

As debêntures são simples, não conversíveis em ações.

Os contratos das 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures da Taesa e da 1ª emissão de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas anuais "covenants" não financeiras de vencimento antecipado (usualmente presentes em contratos de empréstimos e financiamentos, como por exemplo fusão, cisão e incorporação, alteração no bloco de controle, entre outros). A 2ª emissão de debêntures de Janaúba, possui cláusulas restritivas anuais "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado.

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Exigibilidade de cumprimento
2ª emissão - JAN	Geração de caixa da atividade/Serviço da dívida ¹	Igual ou maior que 1,2	Anual

¹Calculado com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas.

A 2ª Série das 6ª e a 8ª emissões de debêntures da Taesa, possuem a seguinte cláusula restritiva "covenants" não financeiras e de vencimento antecipado:

Constituição em favor dos debenturistas junto ao Banco Santander "Conta de Pagamento de Debêntures" onde deverá ser mantido um saldo mínimo correspondente, pelo menos, ao valor da próxima parcela do valor nominal atualizado acrescido do valor da próxima parcela da remuneração.

Em 31 de dezembro de 2023, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

As informações relativas aos instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") contratados para proteção do serviço associado à 1ª série da 6ª emissão de debêntures, bem como a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, são divulgadas na nota explicativa nº 17.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12.3. Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição/Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil - Valor Contratado	Fair Value - R\$ Mil
<u>Citibank ("swap")</u> <u>Contrato B</u>	Citibank	22/09/2022	26/09/2025	(Sofr + Spread: 0,44% a.a.) * 1,17647 ¹	CDI + 0,65% a.a.	362.000	21.179
SWAP	Itaú	05/09/2019	15/05/2026	108% CDI a.a.	IPCA + 3,94% a.a.	50.000	14.373
SWAP	BR Partners	12/09/2019	15/05/2026	108% CDI a.a.	IPCA + 3,91% a.a.	50.000	14.305
SWAP	BR Partners	02/08/2019	15/05/2026	108% CDI a.a.	IPCA + 3,9950% a.a.	100.000	28.765
SWAP	Banco ABC	30/09/2019	15/05/2026	108% CDI a.a.	IPCA + 3,5268% a.a.	50.000	14.351
SWAP	Santander	26/09/2019	15/05/2026	108% CDI a.a.	IPCA + 3,66% a.a.	50.000	13.814
SWAP	Santander	02/08/2019	15/05/2026	108% CDI a.a.	IPCA + 3,99% a.a.	100.000	28.764
HEDGE	Itaú	20/02/2025	-	-	-	-	(1)
HEDGE	Itaú	20/05/2025	-	-	-	-	1
HEDGE	Itaú	20/01/2026	-	-	-	-	12
HEDGE	Itaú	21/07/2025	-	-	-	-	3
HEDGE	Itaú	22/12/2025	-	-	-	-	11
HEDGE	Itaú	20/04/2026	-	-	-	-	2
HEDGE	Itaú	22/01/2024	-	-	-	-	160
Total Derivativos						762.000	135.739

12.4. Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de curto prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	31/12/2023	31/12/2022
<u>Dívida Bruta</u>					
Financiamento / Empréstimo / Debêntures Moeda Nacional	175.766	946.603	7.124.873	8.247.242	90
Financiamento / Empréstimo Moeda Estrangeira	5.237	924	346.697	352.858	376.743
<u>Ativos Financeiros</u>					
Caixa e equivalente de caixa	-	(1.143.367)	-	(1.143.367)	(759.628)
Títulos e valores mobiliários	-	(6.233)	-	(6.233)	(5.508)
<u>Derivativos a pagar</u>	-	135.739	-	135.739	45.088
Dívida Líquida				7.450.500	(388.303)

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais e administrativos provisionados apresentados em 31 de dezembro de 2023 possuem depósitos judiciais no valor atualizado de R\$17.466 na controladora (R\$10.994 em 31 de dezembro de 2022). Os saldos referem-se às ações cíveis, trabalhistas e tributárias envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa, terceirização, execuções fiscais e manifestações de inconformidade referentes às compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) não homologadas pela RFB.

Mutação das provisões	31/12/2022	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Incorporações (c)	31/12/2023
Trabalhistas	9.739	592	(139)	857	(1.742)	18	9.325
Tributários	17.033	327	(7.418)	5.396	-	-	15.338
Cíveis	8.489	2.974	(2)	5.983	(1.079)	9.557	25.922
Total	35.261	3.893	(7.559)	12.236	(2.821)	9.575	50.585

Mutação das provisões	31/12/2021	Adições	Reversões (a)	Atualizações monetárias	Baixa	Servidões (b)	31/12/2022
Trabalhistas	2.227	7.535	(1)	730	(752)	-	9.739
Tributários	13.957	743	(60)	2.393	-	-	17.033
Cíveis	11.675	2.886	(133)	373	(6.315)	3	8.489
Outras	1.484	-	(1.484)	-	-	-	-
Total	29.343	11.164	(1.678)	3.496	(7.067)	3	35.261

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas. (b) Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão. (c) Incorporação das controladas ATE III, SAN e SIT em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

Passivos contingentes

	31/12/2023				31/12/2022 ¹			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	13.140	1.252.574	254.805	1.520.519	10.767	1.130.804	198.867	1.340.438

¹Para fins comparativos, os valores em 31 de dezembro de 2022 contemplam os valores dos passivos contingentes das controladas ATE III, SAN e SIT incorporadas em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários por meio de execuções fiscais e manifestações de inconformidade, e a riscos cíveis por meio de ações anulatórias e procedimentos de arbitragem. São elas:

Taesa-TSN - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS, IRPJ e CSLL, no montante atualizado de R\$31.283 em 31 de dezembro de 2023 (R\$41.624 em 31 de dezembro de 2022).

Taesa-NVT - Manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$7.137 em 31 de dezembro de 2023 (R\$6.867 em 31 de dezembro de 2022).

Taesa-ETEO - Processo referente a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO, relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, no valor atualizado de R\$128.042 em 31 de dezembro de 2023 (R\$113.506 em 31 de dezembro de 2022). O processo aguarda o julgamento do Recurso Voluntário interposto contra decisão desfavorável proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto.

Taesa-NTE - Manifestações de inconformidade relativas às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS e IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$8.726 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.696 em 31 de dezembro de 2022).

Taesa-ATE - Supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$8.821 em 31 de dezembro de 2023 (R\$8.514 em 31 de dezembro de 2022), originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - Manifestações de inconformidade referentes à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, CSRF e IRRF totalizando o valor atualizado de R\$9.431 em 31 de dezembro de 2023 (R\$7.735 em 31 de dezembro de 2022), relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATEII - Manifestações de inconformidade relativas à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles IRPJ, totalizando o valor atualizado de R\$2.006 em 31 de dezembro de 2023 (R\$3.208 em 31 de dezembro de 2022), sendo R\$1.588 relativo a processo originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE III - Processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor atualizado de R\$18.421 em 31 de dezembro de 2023 (R\$16.352 em 31 de dezembro de 2022).

Outros assuntos relevantes:

Ágio Atlântico/Alterosa - A Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014/2015; 2016 e 2017/2018. A Companhia apresentou as informações requeridas pelo Auditor Tributário. A Taesa foi intimada dos Termos de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015; de 2016; e dos anos de 2017/2018, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNALP por CEMIG e FIP. A Companhia recebeu os Termos de Encerramento relativo aos procedimentos fiscais em andamento, cujo resultado culminou na lavratura dos autos de infração no valor atualizado de R\$186.854 em 31 de dezembro de 2023 (R\$165.477 em 31 de dezembro de 2022) para os anos calendários 2014/2015; no valor atualizado de R\$114.053 em 31 de dezembro de 2023 (R\$102.999 em 31 de dezembro de 2022) para o ano calendário de 2016 e R\$169.527 em 31 de dezembro de 2023 (R\$151.981 em 31 de dezembro de 2022) para os anos calendários de 2017 e 2018. A Companhia apresentou impugnação contra os autos de infração referentes aos anos calendários 2014/2015 e 2016, as quais foram negadas pela Delegacia da Receita Federal. A Companhia apresentou Recurso Voluntário contra as decisões. A Companhia apresentou impugnação contra o auto de infração dos anos calendários 2017/2018. A Companhia foi intimada da decisão desfavorável emitida pela Delegacia da Receita Federal em 19/06/2023. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está preparando Recurso Voluntário para interposição em face da decisão de improcedência da Impugnação.

PIS/COFINS Anos calendários 2015 - Em 11 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$226.791 em 31 de dezembro de 2023 (R\$200.592 em 31 de dezembro de 2022), decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00012, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia onde, de acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e à COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aguardava julgamento.

PIS/COFINS Anos calendários 2016 - Em 13 de novembro de 2019 a Taesa tomou ciência do Auto de Infração lavrado no valor atualizado de R\$183.596 em 31 de dezembro de 2023 (R\$163.832 em 31 de dezembro de 2022) decorrente do encerramento do procedimento fiscal 07.1.85.00-2019-00078-7, instaurado com objetivo de analisar a conformidade legal da apuração das contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. O motivo da autuação decorre de suposto erro na definição do regime tributário adotado pela Companhia. De acordo com o exposto no Termo de encerramento, todas as concessões da Companhia deveriam ter sido tributadas pelo regime não-cumulativo para o PIS e a COFINS. Em 11 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou a Impugnação do auto de infração. Diante da decisão de primeira instância que manteve a autuação, foi apresentado Recurso Voluntário. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aguardava julgamento.

Arbitragem CMT - Taesa - A controvérsia gira em torno de Requerimentos de Instauração de Arbitragem junto ao Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CAM-CCBC") registrados sobre os nºs 71/2017/SEC6 e 72/2017/SEC6, realizados pelo Consórcio Minas Transmissão e demais Consorciadas, alegando que teria havido "aceitação tácita" do MOU e da consequente cláusula compromissória nele inserida para contratação de seus serviços relativos aos Lotes 17 e 4, do Leilão ANEEL n.º 13/2015. Em 31 de dezembro de 2023 os valores das causas indicados são, respectivamente, R\$131.000 e R\$45.000. Recentemente, foi proferida Sentença parcial no procedimento n.º 71/2017/SEC6 reconhecendo a competência do Juízo arbitral, o que foi objeto da competente Ação Anulatória. Em 31 de dezembro de 2023, a Ação Anulatória foi julgada improcedente e aguarda julgamento de Recurso no Tribunal.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Para a integralização do capital social houve custos com emissão de ações no montante de R\$25.500.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Composição acionária em 31 de dezembro de 2023 e 2022								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CEMIG ¹	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.907	58,36
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-
	590.714.069	100,00	442.782.652	100,00	1.033.496.721	100,00	369.322.697	100,00

¹Existem 6 ações ordinárias e 2.823.092 Units que não pertencem ao bloco de controle. A Unit (TAEE11) é um certificado de depósito de ações, composto por 3 ações, sendo 1 (uma) ordinária (TAEE3) e 2 (duas) preferenciais (TAEE4).

b) Reserva legal - Constituída com base em 5% do lucro líquido societário, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e só poderá ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - Incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE. O benefício fiscal foi nulo em 31 de dezembro de 2023 e no exercício 2022, pois a Companhia apurou base de cálculo negativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu uma reversão no valor R\$1.352 no exercício de 2023, referente à exercícios anteriores. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e na legislação fiscal vigente.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, substituída pela Resolução CVM nº 78/2022, em dezembro de 2009, foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O percentual anual de utilização do benefício fiscal foi definido pelo estudo da curva de amortização do ágio, baseado nos lucros projetados de cada concessão. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até 31 de dezembro de 2023 foi de R\$363.827 (R\$343.472 até 31 de dezembro 2022).

e) Reserva de lucros a realizar - Com base no artigo 197º, da nº Lei 6.404/76, foi constituída pela parcela do lucro líquido societário advinda das margens de construção dos projetos em andamento, uma vez que tais receitas se converterão em caixa após a operacionalização dos projetos e ao longo do prazo de concessão.

f) Outros resultados abrangentes - As variações do valor justo dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas sob a rubrica "Outros Resultados Abrangentes". Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu uma perda no montante de R\$80.304 (R\$53.001, líquido de impostos) e em 31 de dezembro de 2022, reconheceu uma perda no montante de R\$18.261 (R\$12.053 líquido de impostos).

g) Remuneração dos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido societário do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Proposta de destinação do resultado do exercício - societário	31/12/2023	31/12/2022 ¹
Lucro líquido do exercício	1.367.834	1.449.215
Reserva de incentivo fiscal	1.352	3.177
Lucro líquido do exercício ajustado	1.369.186	1.452.392
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,66240 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,70266 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	684.593	726.196
Dividendos intercalares pagos (R\$0,31860 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,34249 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$) ²	(329.271)	(353.959)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,40322 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,39163 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	(416.728)	(404.753)
	(745.999)	(758.712)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	60.389	58.564
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuídos aos dividendos mínimos obrigatórios	(685.610)	(700.148)
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,02520 por ação ordinária e preferencial em 2022)	-	(26.048)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,37763 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$0,44509 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	(390.283)	(460.000)
Reserva especial	-	(207.632)
Reserva de lucros a realizar	(232.904)	-

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Proposta de destinação do resultado do exercício - societário	31/12/2023	31/12/2022 ¹
Resumo das destinações:		
Reservas	(231.552)	(204.455)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$1,09945 por ação ordinária e preferencial em 2023 e R\$1,20442 por ação ordinária e preferencial em 2022 - em R\$)	(1.136.282)	(1.244.760)
	(1.367.834)	(1.449.215)

¹ Proposta ratificada pela AGO de 27 de abril de 2023. ² Parte desse valor foi pago em 2024, conforme nota explicativa nº 25 Eventos subsequentes.

15. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CSLL correntes	(2.844)	(12.401)
IR e CSLL diferidos	(34.477)	39.760
	(37.321)	27.359

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes dos impostos e contribuições	1.130.419	1.020.963
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(384.343)	(347.127)
Equivalência patrimonial	245.905	177.464
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	(1.352)	14.338
Juros sobre capital próprio pagos e recebidos	141.688	137.616
Efeito tributário no processo de reestruturação	(37.957)	-
Outros	(1.262)	45.068
Despesa de IRPJ e CSLL	(37.321)	27.359
Alíquota efetiva	3%	-3%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia possui direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e/ou pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade incentivada	Prazo
TSN	SUDENE	274/2022	BA	31/12/2031
NVT	SUDAM	207/2014	TO e MA	31/12/2023 (*)
GTE	SUDENE	353/2022	PB e PE	31/12/2031
MUN	SUDENE	218/2022	BA	31/12/2031
ATE II	SUDENE	251/2022	PI, MA e BA	31/12/2031
	SUDAM	-	TO	(*)
PAT	SUDENE	327/2022	RN	31/12/2023 (*)
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027 (*)

(*) Atualmente se encontra em processo de análise do projeto protocolado para habilitação e/ou renovação do laudo perante a SUDAM.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de aproximadamente 56,26% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

16. COBERTURAS DE SEGUROS

A Taesa adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão dos projetos. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia mantém seguros de seus edifícios, incluindo, conteúdo, máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos, e equipamentos de telecomunicações, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de veículos.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	DM - Valor em risco (*)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade civil geral	Fator	20/09/23 a 19/09/24	20.000	-	-	53
Risco operacional	FAIRFAX	19/10/23 a 18/04/25	-	735.657	-	1.949
	Tokio Marine	31/07/23 a 30/07/24	-	80.921	-	168
Veículos (**)	Tokio Marine	06/03/24 a 05/03/25	-	-	100% Tabela FIPE	400
Responsabilidade civil de diretores e administradores	EZZE	19/09/23 a 18/09/24	60.000	-	-	50

(*) Os valores de cobertura para danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, acidentes pessoais e danos morais variam de acordo com o item segurado. (**) A apólice contempla todos os veículos operacionais e parte dos veículos administrativos.

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo do auditor independente.

Seguro garantia de fiel cumprimento

A concessão SIT possui seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere às construções das instalações descrita no referido contrato.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor segurado
SIT	002/2022	Junto Seguros S.A.	24/02/2023 a 30/06/2028	14.691

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Companhia possui um processo estruturado de gestão de riscos, que é uma prática contínua e multidisciplinar, baseado nas melhores práticas de mercado, visando reduzir o grau de incerteza no alcance dos objetivos estratégicos da Companhia e garantir a preservação do valor e continuidade dos negócios, além de promover a gestão integrada dos principais riscos aos quais a Companhia está exposta. A metodologia adotada no gerenciamento de riscos, está definida na Norma de Gestão de Riscos, aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração e revisada em 2022 e está baseada em padrões internacionalmente aceitos, como o modelo *Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e ISO 31.000.

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

17.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos, debêntures e passivo de arrendamento, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

17.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	6.233	5.508
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	1.142.576	759.050
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	791	578
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	258.231	158.768
	1.407.831	923.904
Passivos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Empréstimos e financiamentos	352.858	376.743
- Instrumentos financeiros derivativos	21.367	(1.149)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:		
- Instrumentos financeiros derivativos	114.372	46.237
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	113.493	72.161
- Empréstimos e financiamentos	36	1.996
- Debêntures	8.247.206	6.707.581
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	45.722	3.825
	8.895.054	7.207.394

17.4. Risco de mercado

17.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía 3,59% (R\$352.858) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros Sofr. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

17.4.2. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia concorda em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis CDI por taxa de juros variável IPCA, calculados com base no valor do principal nocional acordado entre as partes. Esses swaps pretendem alinhar o fluxo de caixa das obrigações da debênture com o fluxo de caixa das concessões, ambas objeto da relação de hedge. Em 31 de dezembro de 2023, depois de considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 67,67% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitos à inflação + taxa prefixada.

A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 12.1 - Empréstimos e Financiamentos e nº 12.2 - Debêntures.

17.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de Hedge accounting

Derivativos não designados como instrumentos de hedge

Empréstimo em moeda estrangeira

A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda.

	"Swap" cambial Citibank – set/22	"Swap" cambial Citibank – Repactuação – mai/18
Valor de referência (nocional) em 31/12/2023	US\$ 70.000	-
Valor de referência (nocional) em 31/12/2022	US\$ 70.000	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(SOFR + Spread: 0,44%) - ⁽¹⁾ 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,34%) - ⁽¹⁾ 1,17647
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 0,65% a.a.	106,0% CDI
Vencimento em	26/09/2025	10/05/2023
Ponta ativa em 31/12/2023	352.858	-
Ponta passiva 31/12/2023	(374.037)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2023 ⁽²⁾	(21.179)	-
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2022 ⁽²⁾	1.149	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2023	(21.179)	-
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2022	1.149	-
Valor justo em 31/12/2023	(21.179)	-
Valor justo em 31/12/2022	1.149	-
Ganhos (perdas) 01/01/2023 a 31/12/2023	51.011	-
Ganhos (perdas) 01/01/2022 a 31/12/2022	1.149	(86.489)

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e do consolidado, decorrentes dos swaps.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

Aquisição de equipamentos no exterior

Com objetivo de proteção de caixa, a Companhia contratou para a concessão Saíra operações de Non-Deliverable Forwards (NDF), para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos realizados em moeda estrangeira (coroa sueca) com seus fornecedores, no montante de SEK269.606 com vencimentos entre 2023 e 2026.

Derivativos designados como instrumentos de hedge - Hedges de fluxo de caixa

Debêntures

A Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400.000 referente a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swaps que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA (taxa de atualização das concessões) mais taxas prefixadas.

O único instrumento protege ambos os riscos. Assim, o efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrado abaixo:

Classificação do hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes
						31/12/2023
Hedge de fluxo de caixa	Debênture indexada a 108% do CDI Concessão de ativos indexada ao IPCA	Swaps	50.000	IPCA + 3.94%	15/05/2026	9.879
			50.000	IPCA + 3.91%	15/05/2026	9.913
			100.000	IPCA + 4.00%	15/05/2026	19.743
			50.000	IPCA + 3.53%	15/05/2026	10.853
			50.000	IPCA + 3.66%	15/05/2026	10.166
			100.000	IPCA + 3.99%	15/05/2026	19.750
						80.304

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos

Os efeitos dos instrumentos financeiros na demonstração do resultado são demonstrados abaixo:

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2022	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	Incorporação	31/12/2023
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - set/22	(1.149)	51.798	(787)	-	(28.683)	-	21.179
Contrato de SWAP (Santander)	15.960	(18.234)	-	29.916	13.667	-	41.309
Contrato de SWAP (BR Partners)	18.426	(17.901)	-	29.656	13.502	-	43.683
Contrato de SWAP (Itaú)	5.970	(6.010)	-	9.879	4.521	-	14.360
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	5.881	(6.456)	-	10.853	4.742	-	15.020
Contrato NDF Saíra ¹	-	-	-	-	-	188	188
	45.088	3.197	(787)	80.304	7.749	188	135.739

¹ Empresa incorporada em 29 de dezembro de 2023, conforme nota explicativa nº 1.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos	31/12/2021	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2022
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - set/22 ¹	-	5.870	(7.019)	-	-	(1.149)
Contrato de SWAP (Citibank 4131) - mai/18 ¹	(207.267)	70.905	15.584	-	120.778	-
Contrato de SWAP (Santander) ²	11.297	(13.609)	-	6.805	11.467	15.960
Contrato de SWAP (BR Partners) ²	13.869	(13.286)	-	6.534	11.309	18.426
Contrato de SWAP (Itaú) ²	4.482	(4.471)	-	2.170	3.789	5.970
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) ²	4.031	(4.904)	-	2.752	4.002	5.881
	(173.588)	40.505	8.565	18.261	151.345	45.088

¹ Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo. ² Instrumento financeiro mensurado ao valor justo e debênture ao custo amortizado.

17.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2023 anualizado
CDI (i)	9,00%	11,25%	13,50%	13,04%
IPCA (i)	3,80%	4,75%	5,70%	4,62%
Sofr (ii)	5,31%	6,64%	7,97%	5,40%
PTAX	4,93000	6,16250	7,39500	4,8413
Sek	0,4841	0,6051	0,7262	0,4826

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), em 23 de fevereiro de 2024.
(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 23 de fevereiro de 2024.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2023	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2023 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção				
<i>Consolidado</i>				
<i>Ativos financeiros</i>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.316.348	(53.180)	(23.563)	6.055
<i>Passivos financeiros</i>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	3.021.245	122.041	54.063	(13.915)
- IPCA	6.509.976	53.453	(8.391)	(70.236)
		122.314	22.109	(78.096)
Sem proteção				
<i>Controladora</i>				
<i>Ativos financeiros</i>				

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	Saldo em 31/12/2023	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2023 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	1.148.809	(46.412)	(20.564)	5.285
Passivos financeiros				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	3.021.245	122.041	54.063	(13.915)
- IPCA	5.371.756	44.107	(6.924)	(57.956)
		119.736	26.575	(66.586)
Com proteção				
<i>Controladora e Consolidado</i>				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Sofr	352.858	318	(4.367)	(9.051)
- Dólar	352.858	(6.465)	(96.295)	(186.126)
Derivativos				
Ponta ativa - Sofr	(352.858)	(318)	4.367	9.051
Ponta ativa - Dólar	(352.858)	6.465	96.295	186.126
Ponta passiva - CDI	374.037	15.109	6.693	(1.723)
Efeito líquido		15.109	6.693	(1.723)
Passivos financeiros				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	405.862	16.395	7.263	(1.869)
- IPCA	520.234	4.272	(671)	(5.613)
Derivativos				
Ponta ativa - CDI	(405.862)	(16.395)	(7.263)	1.869
Ponta passiva - IPCA	(520.234)	(4.272)	671	5.613
Efeito líquido		-	-	-
Efeito líquido total Controladora		15.109	6.693	(1.723)
<i>Consolidado</i>				
Derivativos				
NDF - Moeda Sek	188	-	(2)	(5)
Efeito líquido total Consolidado		15.109	6.691	(1.728)

17.7. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todas as transmissoras; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissoras e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

17.8. Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas) notadamente relacionados a empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos derivativos, uma vez que os demais passivos financeiros não derivativos, como fornecedores e outros passivos financeiros, tem vencimento inferior a 12 meses, conforme apresentado no balanço patrimonial; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	-	89.270	1.468.658	4.763.951	10.568.662	16.890.541
Prefixada	5	9	23	-	-	37
Instrumentos financeiros derivativos	-	22.648	65.512	659.628	-	747.788
	5	111.927	1.534.193	5.423.579	10.568.662	17.638.366

17.9. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, NOS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

17.10. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

17.10.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Hierarquia do valor justo
Títulos e valores mobiliários	5	6.233	5.508	Nível 2
Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	4	1.142.576	759.050	Nível 2
Ativos financeiros		1.148.809	764.558	
Empréstimos e financiamentos	13.1	352.858	376.743	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos		21.367	(1.149)	Nível 2
Passivos financeiros		374.225	375.594	

17.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Debêntures - Passivos financeiros	13.2	8.247.206	8.159.558	6.707.581	6.676.647	Nível 2

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

18. LUCRO POR AÇÃO

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	1.093.098	1.048.322
Lucro líquido do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	624.780	599.188
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714
Lucro líquido do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	468.318	449.134
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	442.783
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	1,05767	1,01434
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	1,05767	1,01434

(*) Quantidade em lotes de 1.000 ações. (**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilização do sistema de transmissão	1.827.528	1.808.797
Parcela variável (a)	6.105	(58.524)
Outras receitas	9.332	8.916
Receita bruta	1.842.965	1.759.189
PIS e COFINS Correntes	(88.684)	(87.519)
ISS	(467)	(446)
ICMS	-	(35)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D e TFSEE (b)	(85.909)	(73.699)
Tributos e encargos	(175.060)	(161.699)
Receita líquida	1.667.905	1.597.490

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. (b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2023	31/12/2022
- Remuneração direta	(75.708)	(79.175)
- Benefícios	(60.842)	(53.240)
- FGTS e INSS	(40.191)	(37.598)
Pessoal	(176.741)	(170.013)
Materiais	(6.732)	(5.541)
Serviços de terceiros	(79.369)	(67.388)
Depreciação e amortização	(181.205)	(181.904)
Outros custos operacionais	18.877	(28.725)
Total custos e despesas	(425.170)	(453.571)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos e despesas com serviços de terceiros: gastos com manutenção de sistemas, operação e manutenção, compartilhamento de instalações, vigilância, limpeza e conservação, softwares, transportes, manutenção de propriedades, energia elétrica e auditoria.

Custos com materiais: gastos relacionados à construção, operação e manutenção das linhas e subestações de transmissão.

Outras receitas, custos e despesas operacionais: indenizações referentes às aquisições das empresas SPT e SJT, provisão para riscos cíveis, gastos com aluguéis, seguros, despesas com taxas e contribuições, material de consumo.

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras	99.842	130.627
Receitas financeiras	99.842	130.627
Empréstimos e financiamentos		
- Juros incorridos	(22.951)	(11.209)
- Variação cambial	26.348	43.088
- Ajuste ao valor justo	(787)	(2.617)
	2.610	29.262
Debêntures		
- Juros incorridos	(701.770)	(549.892)
- Variações monetárias	(202.038)	(192.894)
	(903.808)	(742.786)
Instrumentos financeiros derivativos		
- Juros incorridos	23.151	2.584
- Variação cambial	(26.348)	(43.088)
- Ajuste ao valor justo	787	(8.566)
	(2.410)	(49.070)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(903.608)	(762.594)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(31.801)	(12.943)
Despesas financeiras	(935.409)	(775.537)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(835.567)	(644.910)

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia e suas controladas ATE III, MIR, JAN, BRAS, SAN, SJT, SPT, LNT e ANT passaram a ser patrocinadoras. As aprovações na PREVIC foram publicadas em Diário Oficial nos dias 27 de março de 2012 (Taesa, ATE III, MIR e JAN), 02 de agosto de 2021 (BRAS SAN, SJT, SPT e LNT), 30 de agosto de 2022 (ANT), 31 de março 2023 e 26 de julho de 2023 (Tangará, Pitiguari) respectivamente. Em 31 de dezembro de 2023, 71,45% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas participavam do Plano Taesaprev (71,16% em 31 de dezembro de 2022).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 12.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais

As obrigações de execução de projetos de compensação ambiental estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas controladas em operação						
Empresa	Trecho	Licença para Operação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor	
Taesa (NVT)	Samambaia/DF – Imperatriz/MA	384/2004	06/09/2011	06/09/2021	IBAMA	(a)
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO – Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	IBAMA	-
Taesa (MUN)	Camaçari II – Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	IMA	(b)
Taesa (GTE)	Goianinha – Mussurú SE Norfil	339/2003 2671/2023	26/06/2015 23/11/2023	26/06/2025 23/11/2028	IBAMA SUDEMA	- -
Taesa (PAT)	Paraíso-Açu	2018-130625/TEC/RLO-1289	05/06/2020	05/06/2026	IDEMA	(d)
Taesa (ETEO)	Taquaraçu – Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	CETESB	(c)
Taesa (NTE)	Angelim – Campina Grande Xingó – Angelim	349/2003 350/2003	23/12/2015 23/12/2015	23/12/2025 23/12/2025	IBAMA	- -
Taesa (ATE)	Londrina – Araraquara	492/2005	29/02/2012	01/03/2022	IBAMA	(a)
Taesa (STE)	Uruguaiana – Santa Rosa	00714/2022	08/03/2022	08/03/2027	FEPAM	-
Taesa (ATE II)	Colinas – Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	IBAMA	-
ATE III	Itacaiunas – Colinas Marabá – Carajás	753/2008 13722/2022	17/06/2008 26/09/2022	17/06/2012 25/09/2027	IBAMA SEMAS/PA	(a) -
MIR	SE Palmas	3359/2019	11/07/2019	11/07/2024	NATURATINS	-
	SE Miracema	3523/2019	16/07/2019	16/07/2024		-
	Lajeado – Palmas	4149/2019	07/08/2019	07/08/2029		-
	SE Lajeado	4174/2019	08/08/2019	08/08/2024		-
MAR	Miracema – Lajeado	5297/2019	02/09/2019	02/09/2029		-
SPT	Itabirito II – Vespasiano II	160/2018	24/01/2019	21/12/2028	COPAM	-
	LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II-Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020	INEMA	(b)
SJT	LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
	LT 500 SE Gilbués II - SE São João do Piauí	381/2016	16/06/2016	16/06/2020	SEMAR-PI	(f)
LNT	LT Currais Novos II - Lagoa Nova II	111138/2017	08/12/2017	08/12/2023	IDEMA	(e)
	SE Currais Novos II	129600/2018	28/12/2018	28/12/2024		-
BRA	Brasnorte – Nova Mutum	324072/2021	14/04/2021	13/04/2026	SEMAT/MT	-
SIT	Juba – Jauru	312086/2015	07/10/2021	06/10/2026	SEMAT/MT	-
	Garabi – Itá I e II	1293/2015	06/04/2015	06/04/2025	IBAMA	-
JAN	LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1623/2021	31/08/2021	31/08/2031	IBAMA	-
SAN	LT 230kV Livramento 3 / Santa Maria 3	01976/2023	03/07/2023	28/04/2028	FEPAM	-
	LT 230kV Livramento 3 / Alegrete 2	14134/2023	21/12/2023	12/07/2027	FEPAM (a)	(g)
	SE Maçambará 3	0335/2022	28/09/2022	29/09/2027	FEPAM	-
	SE Livramento 3	954/2022	07/02/2022	07/02/2027	FEPAM	-

(a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97);

(b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação;

(c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação;

(d) A antiga licença nº 2014-072326 TEC/LS 0062, referente ao Seccionamento Paraíso-Açu Lagoa Nova II, cuja validade era de 19/08/2020 foi unificada na recente renovação de licença da Paraíso-Açu;

(e) Retificação do número da licença feita pelo órgão.

Empreendimento Sant'Ana – O projeto entrou em operação comercial durante o exercício de 2023 e atualmente recebe 95,4% de sua RAP. Existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto ao órgão regulador e uma vez sanadas a Companhia passará a receber 100% de sua RAP.

Inauguração do Centro de Operação do Sistema (COS) - Em 24 de agosto de 2023, foi inaugurado o novo Centro de Operação do Sistema na sede da Companhia. O COS está preparado para aumentar a capacidade de atuação e sustentar o crescimento da Companhia no setor de transmissão, além de proporcionar maior confiabilidade e segurança operacional para o desenvolvimento do setor energético no Brasil.

Empreendimento Saíra – Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia arrematou o Lote 5 do Leilão de Transmissão nº 002/2022-ANEEL, que consiste em dar continuidade à prestação do serviço público de transmissão existentes e revitalização dos sistemas de controle e de teleproteção das conversoras Garabi I e Garabi II, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O novo empreendimento, chamado Saíra Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SIT"), tem CAPEX ANEEL de R\$1.175.720, prazo de concessão de 30 anos e prazo ANEEL de 60 meses para revitalização, ambos contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão realizada em 30 de março de 2023.

Desde 31 de março de 2023 a Saíra passou a ter direito a uma RAP de R\$114.305, referente a parte que se encontra em operação, o que representa 72,24% do total da RAP que é de R\$158.223 para ciclo de 2023/2024. Os 27,76% remanescentes serão recebidos após a conclusão da revitalização.

Como parte do valor do investimento do lote 5, a Companhia realizou o pagamento da indenização de R\$870.624 à concessionária anterior, passando a realizar toda a operação e manutenção do lote 5. Como a indenização está atrelada à parte do empreendimento que já se encontra em operação, a Companhia tratou a transação como uma aquisição de ativo imobilizado, registrando em seu ativo, exatamente, o valor desembolsado.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Eleição da Conselho de Administração e Conselho fiscal - Em 29 de abril de 2024, a AGOE elegeu os conselheiros para o novo mandando, com vigência de 30 de abril de 2024 até Assembleia Geral Ordinária de 2025.

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2023 – Em 29 de abril de 2024, a AGOE da Companhia aprovou a destinação do Lucro Líquido de 2023 descrito na nota explicativa nº 15 – Patrimônio Líquido. O pagamento dos dividendos adicionais propostos, no montante de R\$390.283, ocorrerá em 16 de maio de 2024, com base na posição acionária de 03 de maio de 2024.

Pagamento do resgate antecipado facultativo total da 13ª emissão de debêntures - Em 22 de abril de 2024, a Companhia realizou o pagamento do resgate antecipado facultativo no montante de R\$1.023.437, sendo R\$20.897 de juros, R\$1.000.000 de amortização e R\$2.540 de prêmio.

Transferência da titularidade do REIDI do projeto SIT para Taesa – Em 16 de abril de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 537, de 15 de abril de 2024, que habilita a Companhia ao REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, em razão da transferência da titularidade do projeto da SIT para a Companhia, decorrente da incorporação societária.

Pagamento de juros da 1ª, 2ª e 3ª séries da 12ª emissão de debêntures - Em 15 de abril de 2024, a Companhia pagou juros aos debenturistas no montante de R\$36.976, sendo R\$18.337 da 1ª série, R\$8.963 da 2ª série e R\$9.676 da 3ª série.

Liquidação da 15ª emissão de debêntures – Em 19 de abril de 2024 ocorreu a liquidação da 15ª emissão de debêntures, emitida pela Companhia em 15 de março de 2024, no volume de 1.300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	1ª Série	2ª Série
Volume	1.000.000	300.000
Prazo	5 anos	10 anos
Juros	Semestral	Semestral
Amortização	Bullet	8, 9 e 10 anos
Remuneração	CDI + 0,63% a.a.	IGP-M + 5,8438% a.a.

Alteração na diretoria – Em 21 de fevereiro de 2024, o Sr. André Augusto Telles Moreira apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório da Companhia. O Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Rinaldo Pecchio Junior, assumiu interinamente a função de Diretor Presidente enquanto a Companhia realiza o processo de sucessão.

Pagamento de dividendos intercalares – Em 16 de janeiro de 2024, a Companhia pagou o montante de R\$228.003 referentes a dividendos intercalares de 2023.

Pagamento de juros e principal da 1ª e juros da 2ª série da 11ª emissão de debêntures – Em 15 de janeiro de 2024, a Companhia pagou aos debenturistas o montante de R\$128.682, sendo R\$9.952 de juros e R\$75.000 de principal da 1ª série e R\$43.730 de juros da 2ª série.

Aumento do capital social em controladas

	Data do pagamento	Data da aprovação	Órgão aprovador	Montante
Ananaí	05/01/2024	26/12/2023	AGE	146.000
Pitiguari	05/01/2024	26/12/2023	AGE	10.000
Tangará	05/01/2024	26/12/2023	AGE	10.000
Ananaí	08/02/2024	05/02/2024	AGE	60.000

25. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial	Nota Explicativa	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa equivalentes de caixa		1.143.367	-	1.143.367	759.628	-	759.628
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		221.191	-	221.191	131.587	-	131.587
Ativo contratual de concessão	(i)	-	996.485	996.485	-	828.059	828.059
Impostos e contribuições sociais		268.090	-	268.090	224.266	-	224.266
Dividendos e JCP a receber		207.358	-	207.358	227.643	-	227.643
Estoques		12.578	-	12.578	8.169	-	8.169
Outras contas a receber		42.689	-	42.689	33.089	-	33.089
Total dos ativos circulantes		1.895.273	996.485	2.891.758	1.384.382	828.059	2.212.441
<i>Ativos não circulantes</i>							
Títulos e valores mobiliários		6.233	-	6.233	5.508	-	5.508
Depósitos judiciais		51.257	-	51.257	41.405	-	41.405
Contas a receber de concessionárias e permissionárias		37.040	-	37.040	27.181	-	27.181
Ativo contratual de concessão	(i)	-	6.213.715	6.213.715	-	4.521.653	4.521.653
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	1.149	-	1.149
Outras contas a receber		24.539	-	24.539	24.754	-	24.754
Investimentos	(iv)	3.359.489	4.146.757	7.506.246	4.083.772	3.764.433	7.848.205
Direito de uso	(vi)	-	2.173	2.173	-	4.184	4.184
Imobilizado	(v)	5.025.808	(4.797.295)	228.513	3.114.420	(2.916.898)	197.522
Intangível	(v)	338.332	(172.410)	165.922	225.848	(88.928)	136.920
Total dos ativos não circulantes		8.842.698	5.392.940	14.235.638	7.524.037	5.284.444	12.808.481
Total dos ativos		10.737.971	6.389.425	17.127.396	8.908.419	6.112.503	15.020.922

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30
Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2023			31/12/2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		113.493	-	113.493	72.161	-	72.161
Empréstimos e financiamentos		6.197	-	6.197	6.446	-	6.446
Debêntures		1.122.333	-	1.122.333	607.452	-	607.452
Passivo de arrendamento	(vi)	-	1.542	1.542	-	2.472	2.472
Taxas regulamentares		45.248	-	45.248	52.800	-	52.800
Impostos e contribuições sociais		32.512	-	32.512	18.027	-	18.027
Dividendos e juros sobre o capital próprio		228.083	-	228.083	26.105	-	26.105
Instrumentos financeiros derivativos		160	-	160	-	-	-
Outras contas a pagar		80.828	6.728	87.556	70.741	-	70.741
Total dos passivos circulantes		1.628.854	8.270	1.637.124	853.732	2.472	856.204
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		346.697	-	346.697	372.293	-	372.293
Debêntures		7.124.873	-	7.124.873	6.100.129	-	6.100.129
Instrumentos financeiros derivativos		135.579	-	135.579	46.237	-	46.237
Passivo de arrendamento	(vi)	-	1.209	1.209	-	3.014	3.014
Provisão para contingências		50.585	-	50.585	35.261	-	35.261
Provisão para desmobilização de ativos		-	33	33	-	33	33
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	130.958	613.441	744.399	54.839	714.183	769.022
Tributos diferidos	(iii)	-	358.902	358.902	-	260.866	260.866
Obrigações especiais		19.337	(19.337)	-	20.236	(20.236)	-
Outras contas a pagar		48.685	-	48.685	7.387	-	7.387
Total dos passivos não circulantes		7.856.714	954.248	8.810.962	6.636.382	957.860	7.594.242
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		3.067.535	-	3.067.535	3.042.035	-	3.042.035
Custos de transações com acionistas		(25.500)	-	(25.500)	-	-	-
Reserva de capital		594.507	4.229	598.736	594.507	4.229	598.736
Reserva de lucros		2.690.847	-	2.690.847	2.459.295	-	2.459.295
Dividendos adicionais propostos		390.283	-	390.283	460.000	-	460.000
Ajuste de avaliação patrimonial		(42.591)	-	(42.591)	10.410	-	10.410
Lucros e (prejuízos) acumulados		(5.422.678)	5.422.678	-	(5.147.942)	5.147.942	-
Total do patrimônio líquido	(vii)	1.252.403	5.426.907	6.679.310	1.418.305	5.152.171	6.570.476
Total dos passivos e do patrimônio líquido		10.737.971	6.389.425	17.127.396	8.908.419	6.112.503	15.020.922

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Nota explicativa	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão	1.827.528	(1.827.528)	-	1.808.797	(1.808.797)	-
Remuneração do ativo contratual de concessão	-	570.124	570.124	-	608.415	608.415
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-	(151.450)	(151.450)	-	289.581	289.581
Operação e manutenção	-	924.093	924.093	-	898.641	898.641
Construção e indenização	-	113.540	113.540	-	4.951	4.951
Parcela variável	6.105	-	6.105	(58.524)	-	(58.524)
Outras receitas operacionais	9.332	33.575	42.907	8.916	22.708	31.624
Receita operacional bruta	1.842.965	(337.646)	1.505.319	1.759.189	15.499	1.774.688
PIS e COFINS - Corrente	(88.684)	-	(88.684)	(87.519)	-	(87.519)
PIS e COFINS - Diferido	-	14.460	14.460	-	8.394	8.394
ISS	(467)	-	(467)	(446)	-	(446)
ICMS	-	-	-	(35)	-	(35)
RGR, P&D, TFSEE, PROINFA e CDE	(85.909)	-	(85.909)	(73.699)	-	(73.699)
Deduções da receita bruta	(175.060)	14.460	(160.600)	(161.699)	8.394	(153.305)
Receita operacional líquida	1.667.905	(323.186)	1.344.719	1.597.490	23.893	1.621.383
Pessoal e administradores	(52.525)	-	(52.525)	(58.210)	-	(58.210)
Material	(6.730)	(117.065)	(123.795)	(5.541)	(86.756)	(92.297)
Serviços de terceiros	(35.512)	-	(35.512)	(34.875)	-	(34.875)
Depreciação e amortização	(169.456)	163.880	(5.576)	(170.252)	161.374	(8.878)
Outros custos operacionais	(6.610)	3.157	(3.453)	(12.843)	6.104	(6.739)
Custos operacionais	(270.833)	49.972	(220.861)	(281.721)	80.722	(200.999)
Pessoal	(124.216)	-	(124.216)	(111.803)	-	(111.803)
Serviços de terceiros	(43.857)	-	(43.857)	(32.513)	-	(32.513)
Depreciação de amortização	(11.749)	(94)	(11.843)	(11.652)	(2.656)	(14.308)
Outras despesa administrativas	25.487	101	25.588	(15.882)	2.532	(13.350)
Despesas operacionais	(154.335)	7	(154.328)	(171.850)	(124)	(171.974)
Resultado da atividade	1.242.737	(273.207)	969.530	1.143.919	104.491	1.248.410
Resultado de equivalência patrimonial	723.249	457.312	1.180.561	521.954	402.754	924.708
Receitas financeiras	99.842	-	99.842	130.627	-	130.627
Despesas financeiras	(935.409)	(317)	(935.726)	(775.537)	1.492	(774.045)
Despesas financeiras líquidas	(835.567)	(317)	(835.884)	(644.910)	1.492	(643.418)
Resultado antes dos impostos e contribuições	1.130.419	183.788	1.314.207	1.020.963	508.737	1.529.700
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.844)	-	(2.844)	(12.401)	-	(12.401)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.477)	90.948	56.471	39.760	(107.844)	(68.084)
Imposto de renda e contribuição social	(37.321)	90.948	53.627	27.359	(107.844)	(80.485)
Lucro do exercício	1.093.098	274.736	1.367.834	1.048.322	400.893	1.449.215
Lucro por ação						
Lucro por ação ordinária - básico e diluído (em R\$)	1.05767	0.26583	1.3235	1.01434	-0.3879	1.40224
Lucro por ação preferencial - básico e diluído (em R\$)	1,05767	0,26583	1,32350	1.01434	-0.3879	1.40224

**TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30**

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado nas notas de ajuste (i) e (vi), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 e CPC 06(R2) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Investimento e resultado de equivalência patrimonial

Para fins regulatórios, os saldos dos investimentos, bem como o resultado de equivalência patrimonial, das empresas de transmissão que a Companhia possui participação foram ajustados para adequação ao que dita o MCSE eliminando os efeitos do CPC 47 e CPC 06 e os respectivos impactos fiscais correspondentes. Adicionalmente, conforme explicado no item (vi) a Administração da Companhia e suas controladas decidiu não adotar no CPC 06 para fins das demonstrações contábeis regulatórias.

(v) Imobilizado, intangível e obrigações especiais

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível e obrigações especiais reconhecidas no passivo, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, líquido das obrigações especiais foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(vi) Passivo de arrendamento e direito de uso

O CPC 06 (R2) foi incorporado pelo MCSE para demonstrações contábeis regulatórias a partir de 01 de janeiro de 2022, porém a administração optou por não adotar os efeitos do CPC 06(R2) por considerar que os custos para tal superam os benefícios ao leitor, isso diante da imaterialidade dos saldos de arrendamento não vinculados a concessão, conforme conciliação demonstrada no item (vii).

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(vii) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio líquido societário	6.679.310	6.570.476
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(7.210.200)	(5.349.712)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	(2.173)	(4.184)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	822.948	(758.607)
Passivo de arrendamento e provisão para desmobilização de ativo (CPC 06 (R2))	2.784	5.519
Outras contas a pagar	6.728	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos (CPC 47)	613.441	714.183
Tributos diferidos – Pis Cofins (CPC 47)	358.902	260.866
Obrigações especiais (CPC 47)	(19.337)	(20.236)
Patrimônio líquido regulatório	1.252.403	1.418.305

(viii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(ix) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso PIS e COFINS diferidos.

(x) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos, despesas, amortização do direito de uso e a depreciação de desmobilização referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(xi) Despesas financeiras

Conforme item (vi), os efeitos do CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(xii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 e CPC 06 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IR e CSLL diferidos.

(xiii) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, e pela não adoção do CPC 06 (R2), incorporado pelo MCSE a partir de janeiro 2022, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do lucro societário e regulatório	31/12/2023	31/12/2022
Lucro societário do exercício	1.367.834	1.449.215
Receita bruta (CPC 47)	337.646	(15.499)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	(14.460)	(8.394)
Depreciação e amortização (CPC 47)	(163.786)	(158.718)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	117.065	86.756
Outros custos e despesas operacionais (CPC 06 (R2))	(3.258)	(8.636)
Resultado de equivalência patrimonial (CPC 47)	(457.312)	(402.754)
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))	317	(1.492)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(90.948)	107.844
Lucro regulatório do exercício	1.093.098	1.048.322

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ 07.859.971/0001-30

**Notas explicativas as demonstrações contábeis regulatórias
de 31 de dezembro de 2023**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Presidente
Vago	Diretor Jurídico e Regulatório
Rinaldo Pecchio Junior	Diretor Financeiro e Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Conselho de Administração	
Titulares	
Reynaldo Passanezi Filho (indicado pela CEMIG)	
José Reinaldo Magalhães (indicado pela CEMIG)	
Reinaldo Le Grazie (indicado pela CEMIG)	
Jaime Leôncio Singer (indicado pela CEMIG)	
Maurício Dall'Agnese (indicado pela CEMIG)	
Ana Milena López Rocha (indicado pela ISA)	
César Augusto Ramírez Rojas (indicado pela ISA)	
Gabriel Jaime Melguizo Posada (indicado pela ISA)	
Fernando Bunker Gentil (indicado pela ISA)	
Vago (membro independente)	
Mario Engler Pinto Junior (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Felipe José Fonseca Attiê (indicado pela CEMIG)	Eduardo José de Souza (indicado pela CEMIG)
Frederico Papatella Padovani (indicado pela CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (indicado pela CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (indicado pela ISA)	Luciana dos Santos Uchôa (indicado pela ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Ana Patrícia Alves Costa Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Rosangela Torres (acionistas minoritários ordinaristas)

Marcelo Meira Trunquim Fernandez
Contador CRC RJ-087299/O-7
CPF nº 009.111.247-80